



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
21 03 2012	15h30min	19ª SESSÃO ORDINÁRIA	1

**TERCEIRA SECRETARIA
DIRETORIA LEGISLATIVA
DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO
SETOR DE TAQUIGRAFIA
SETOR DE TRAMITAÇÃO, ATA E SÚMULA
2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 6ª LEGISLATURA
ATA CIRCUNSTANCIADA DA 19ª
(DÉCIMA NONA)
SESSÃO ORDINÁRIA,
DE 21 DE MARÇO DE 2012.**

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – Está aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

Convido o Deputado Dr. Michel a secretariar os trabalhos da Mesa.

Dá-se início aos

Comunicados da Mesa.

Sobre a mesa, Expediente que será lido pelo Sr. Secretário.

(Leitura do Expediente.)

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – O Expediente lido vai à publicação.

Leitura da ata da sessão anterior.

Solicito ao Sr. Secretário que proceda à leitura da ata da sessão anterior.

DEPUTADO DR. MICHEL – Sr. Presidente, solicito a dispensa da leitura da ata.

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – Esta Presidência acata a solicitação de V.Exa. e dá por lida e aprovada sem observações a seguinte:

- Ata da 16ª Sessão Ordinária.

(Pausa.)

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – Esta Presidência comunica que, a partir da próxima terça-feira, dia 27 de março, a Ordem do Dia não será mais distribuída em avulso no Setor de Periódicos da Casa. Informo que ela será disponibilizada no *link* da Presidência, Assessoria de Plenário, na página principal da intranet, no portal da Câmara Legislativa do Distrito Federal na internet.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
21 03 2012	15h30min	19ª SESSÃO ORDINÁRIA	2

Alguns Parlamentares estavam, inclusive, reclamando do tempo que levavam para receber a Ordem do Dia, então, agora ela ficará na internet e na intranet, e não será mais distribuído o avulso no Setor de Periódicos, para facilitar e para diminuir a quantidade de papéis que utilizamos no Poder Legislativo.

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – Dá-se início ao
PEQUENO EXPEDIENTE.

Passa-se aos

Comunicados de Líderes.

Concedo a palavra ao Deputado Dr. Michel.

DEPUTADO DR. MICHEL (PSL/PTC/PMDB/PSC/PTdoB. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Boa tarde, Sr. Presidente. Boa tarde a todos os presentes.

Eu venho esta tarde fazer dois pronunciamentos de 2 minutos e meio cada um. Sr. Presidente, eu pediria que o senhor só desse uma olhadinha ou uma ouvidinha no que eu vou dizer.

Eu sou um homem ético, pois já sou até aposentado e estive 28 anos no serviço público. Sou um homem transparente. Apesar de ter 140 quilos e não parecer transparente, eu sou. Transparência é uma coisa natural. Não adianta ninguém querer me obrigar a ser transparente, porque eu sou transparente. Colocar ou não na intranet, na net, em qualquer lugar não vai tirar a minha transparência. Isso aí é uma coisa.

Eu não estou entendendo. Estou apanhando de tudo quanto é lado por causa de mesa, de não mesa, de tal mesa. Eu não sei o que está acontecendo nesta Casa, que, de tanto apanhar, eu estou parecendo couro de jacaré. Eu passei a minha infância toda sem apanhar e estou apanhando nesta Casa mais do que tudo. Eu apanho porque alugo carro, porque não alugo carro, apanho por isso, apanho por aquilo. Fui delegado por dezoito anos, trabalhei, coloquei a minha vida em jogo. Venho para uma Casa destas para trabalhar para o povo. Eu não roubo, eu não roubo! Eu desafio alguém a dizer que eu já peguei um centavo nesta Casa. Eu desafio! Minhas contas estão abertas, e, se precisar, eu trago. Se precisar, Sr. Presidente, eu trago aqui o meu extrato e coloco aqui para qualquer um ver. Eu vivo do meu salário. Eu vivo do meu salário! Pode pegar as emendas. Eu não recebo troco de emenda! Eu não estou entendendo que diabo de transparência que o povo quer. Eu não consigo entender.

Mas tudo bem, se o povo quer, nós vamos. Cadê a minha assessoria? A partir de hoje, é para colocar na internet tudo meu. Não precisa mais desse negócio de discutir. Eu não quero mais saber dessa discussão aqui de ter que ir mesa, de não mesa, de ter que falar que tem que ter lei aqui para colocar na internet. Coloca na internet. Eu não tenho nada a esconder de ninguém. Minha vida é um livro aberto. Eu não preciso ir a rádio, não preciso ir a televisão, não preciso ir a lugar nenhum para colocar as minhas contas ou qualquer coisa minha, porque eu não faço nada



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
21 03 2012	15h30min	19ª SESSÃO ORDINÁRIA	3

escondido. Como delegado, eu nunca fiz nada escondido, e não será como Parlamentar. A partir de hoje, as minhas coisas estarão todas nessa tal de intranet, em tudo que for net. Tudo o que for "et" que tiver, é para ter lá.

Eu não entendo desse negócio. Eu ainda uso o Blackberry porque me deram. Eu ainda usava aquele outro telefone. Vocês que entendem disso, que estão recebendo dinheiro aí – se é que ainda podem receber, porque, daqui a pouco, a verba de vocês será cortada, e vocês terão de trabalhar aqui de graça também. Já comecem a defender o salário de vocês também, porque será cortada a verba de gabinete que vocês recebem. Daqui a pouco, não poderemos mais ter assessor também. Está certo! Eu quero agora que vocês providenciem no meu gabinete, e não precisa lei nenhuma, eu quero que se coloque tudo na internet. Isso era uma das coisas que eu queria dizer.

Outra coisa, eu quero, como o Deputado Wasny de Roure, cumprimentar o Governador por ter colocado o Swedenberger, um homem de muita competência. Mas nós não podemos esquecer também que o Paulo Tadeu foi um secretário de muita competência. Ele ficou um ano neste Governo segurando uma peteca muito grande para o Governador. Parece que chegou o salvador da pátria. Nós não podemos aqui também desrespeitar o grande secretário que esteve aqui por um ano. Ele abriu mão de fazer política. Ficou um ano neste governo segurando uma peteca, e ninguém reconhece o que ele fez. Espera aí, eu quero aqui cumprimentar o Swedenberger, o Berger, mas o Paulo Tadeu ficou ali dentro, segurou sozinho a máquina do governo para que o Governador pudesse fazer política, para que o Governador pudesse trabalhar.

Então, eu quero aqui, de pronto, na luz de todos que aqui estão – apesar de a galeria não estar cheia hoje; se estivesse, eu falaria também – dizer que o Paulo Tadeu é um Deputado respeitadíssimo nesta Casa, tanto é que por três vezes foi Deputado Distrital. Hoje, se não foi o segundo, foi o primeiro Deputado mais votado no Distrito Federal e é um político reconhecido no Distrito Federal. Nós temos de respeitá-lo como político e como secretário. Eu queria aqui parabenizá-lo pelo tempo que ficou à frente da Secretaria de Governo. É um grande secretário, é um amigo de Sobradinho, é um amigo de Brasília, e nós temos de dar toda a fidalguia para ele.

DEPUTADO AGACIEL MAIA – Permite-me V.Exa. um aparte?

DEPUTADO DR. MICHEL – Ouço o aparte de V.Exa.

DEPUTADO AGACIEL MAIA (PTC. Sem revisão do orador.) – Deputado Dr. Michel, as pessoas que o conhecem sabem dos valores morais que V.Exa. tem. Primeiro, V.Exa., sendo delegado, prende bandido e faz um trabalho muito mais árduo do que qualquer um de nós, porque uma das funções mais difíceis é ser policial, civil ou militar, e ganhar voto tendo de prender bandidos é um negócio complicado.

Esse processo de desconstrução da Câmara Legislativa através de ataques sórdidos, torpes, baixos a cada um dos Parlamentares é uma incógnita, ninguém



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
21 03 2012	15h30min	19ª SESSÃO ORDINÁRIA	4

sabe o que é que se esconde por trás disso. Você só recebe o tiro, você não sabe de onde está vindo, você não tem condições de defesa. Depois esse negócio é divulgado amplamente, é massificado, e aqui a gente fica esperneando, sangrando aqui dentro da Câmara Legislativa, neste plenário, falando para poucas pessoas, sem ter a oportunidade de falar para os eleitores. Por isso eu vivo pedindo, implorando à Mesa Diretora esse empenho, porque, pelo menos, as pessoas que votaram em mim e em V.Exa. querem saber exatamente, quando falarem mal de nós dois, querem saber pelo menos o que nós estamos respondendo, mas nem disso a gente está tendo chance. Saem as matérias, as pessoas escutam e nós não temos possibilidade de comunicação nenhuma para dizer: “Olha, isso é mentira, isso é um absurdo, isso não procede”, porque, individualmente, o único meio de comunicação que nós temos hoje aqui... Ninguém fala bem da Câmara Legislativa, nós podemos fazer milagres aqui, nós produzimos muito bem leis que fomentam o desenvolvimento, que melhoram a qualidade de vida de Brasília. No ano passado, fizemos um trabalho excelente, mas alguém disse isso? Claro que não vão dizer, não interessa.

A subtração do Poder – isso aqui é um poder, por isso se chama Poder Legislativo – e a desmoralização desse Poder, o enfraquecimento, a perda de força desse Poder fica na mão de alguém. O enfraquecimento desta instituição representa que o poder que ela deveria ter, que é o poder que emana do povo, do voto, vai ficar na mão de pessoas que não precisam se submeter a um paredão de quatro em quatro anos, que é uma eleição.

Nós sabemos, somos servidores públicos, você, Chico e eu sabemos que o concurso mais difícil é o concurso da eleição. Não existe concurso mais difícil do que o concurso da eleição, porque não depende exclusivamente de você, depende exatamente também das outras pessoas, da confiança que as pessoas têm de votar em você.

Nós estamos nos atrofiando, nós estamos encolhendo como poder porque nós não temos poder de comunicar. Se eu não pegar o telefone para dizer: “Olha, isso não é assim, isso não é verdade”... É chover no molhado fazer uma bela defesa aqui, como V.Exa. está fazendo, mas só para a gente que já o conhece e sabe que isso não procede e sabe que V.Exa. é um homem sério. V.Exa. está falando para as pessoas que já o conhecem, então não significa nada, os nossos discursos aqui na realidade não significam nada, o que nós aprovamos aqui também significa muito menos, porque nós não temos nenhum sistema de comunicação, e ninguém está interessado em publicar o que se faz de bom aqui na Câmara Legislativa, está mais interessado em problema de verba indenizatória, se pode falar mal de um Parlamentar e por meio dele generalizar para toda a Câmara Legislativa. Então, quanto a isso – continuo batendo nessa tecla, Deputado Chico Vigilante –, enquanto não tivermos um sistema de comunicação eficaz, não seremos reconhecidos como instituição. Serão 24 almas penadas vagando à mercê de quem quer que seja para falarem mal da gente.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
21 03 2012	15h30min	19ª SESSÃO ORDINÁRIA	5

No que diz respeito ao Deputado Paulo Tadeu, V.Exa. faz justiça. Primeiro, porque há um quadro técnico preparado, competente. Não se pode pelo simples fato de ele ter assumido toda a carga de um governo que, no ano anterior, teve quatro ou cinco governadores, que não tinha memória, não tinha dado histórico, não tinha elemento nenhum para começar a governar, colocar tudo que o governo não fez no primeiro ano de mandato na conta do Deputado Paulo Tadeu.

Trata-se de um quadro excelente e de um profissional da melhor qualidade, sério, que se esforçou durante esse tempo todo para cumprir sua missão. É lógico que, como dizia o Imperador Cícero, quanto mais responsabilidade se dá a uma pessoa, mais ela será cobrada. Então, ele arcou com muita responsabilidade, até mesmo para proteger o Governador. Depois, paga-se o ônus. Eu sei como é essa relação, é como se você fosse um para-choque; e o Deputado Paulo Tadeu funcionou como esse para-choque. A culpa de todas as expectativas do governo que não foram realizadas no primeiro ano é do Paulo Tadeu. Se nomeação de a, b ou c... Às vezes, até mesmo um de nós prometeu para alguém, e nunca o Paulo Tadeu ficou sabendo, e o cara diz: "Eu queria indicar você, mas, infelizmente, eu mandei o nome para o Paulo Tadeu e não foi publicado".

O Deputado Paulo Tadeu tem todos os méritos pela sua história, pelo trabalho que fez, e é digno de V.Exa. fazer esse reconhecimento. Todos nós sabemos da capacidade técnica e operacional do Berger: um sujeito operativo, pragmático, que sabe acompanhar os programas de Governo, pois já esteve no Executivo, a fim de cobrar eficiência. Mas não adianta acharmos que o sujeito faz milagre, pois não faz, se não houver o apoio e a eficiência dos outros secretários, se não houver boa vontade política do Governador, se não se somar a isso o apoio que os Deputados devem dar aqui na Câmara Legislativa. Deve haver um trânsito também com o Judiciário, porque o governo hoje esbarra em muitas questões no Judiciário. Deve haver uma equipe eficiente para remover esses obstáculos, a fim de retirar a estática que o governo apresentou nesse primeiro ano de mandato.

Está na hora. Existem condições, com exceção das de pessoal. Foi um erro o governo sair concedendo reajustes dados por governadores anteriores que não tinham nenhum compromisso, sem nenhuma avaliação, sem planejar que, quando chegasse a fevereiro de 2012, estaríamos no limite prudencial da Lei de Responsabilidade Fiscal. Então, há que se puxar um pouquinho o freio de mão.

No que diz respeito à iniciativa, como essa redução dos impostos, para que façam uma dinâmica melhor da economia, para evitar o êxodo dos empresários de Brasília, principalmente para os Estados de Goiás e Minas Gerais, estamos no caminho certo. Mas, se não tivermos programas de ação de todos os órgãos envolvidos com o Governo, daqui a pouco, estarão falando mal do Berger também. O Berger sozinho não faz milagre. Ele tem de ter o apoio da Câmara Legislativa, das secretarias e, principalmente, deve haver vontade e determinação do Governador. V.Exa. está de parabéns exatamente por fazer esse reconhecimento ao trabalho realizado pelo Deputado Paulo Tadeu.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
21 03 2012	15h30min	19ª SESSÃO ORDINÁRIA	6

DEPUTADO DR. MICHEL – Muito obrigado. Eu quero só deixar aqui bem claro que quando a gente fala é para fazer justiça. Quando V.Exa. fala a respeito de apanhar, eu tenho de voltar, porque quando se houve na *Band* que uma Mesa é cretina e o meu filho me liga dizendo: Pai, depois de quarenta e tantos anos, o senhor, aposentado, ser chamado de cretino, eu acho que é uma vergonha para um homem.

Eu sou homem de vergonha! Eu não entrei por dentro daquele rádio, para ir até aquela rádio lá, falar com aquele sem vergonha que me chamou de cretino... Ele não sabe o que é um homem cretino, não! E eu não sou cretino, não! E eu devo ser burro também. Eu devo ser burro porque, se eu tenho só seis meses mais na Mesa, eu iria estar aqui brigando por causa de carro para outro bonitão que vai para a Mesa ficar andando de carro novo? Eu devo ser burro! Eu devo ter nascido ontem.

Todo mundo assinou aqui para comprar diabo de carro aí e só o bonitinho da cara feia aqui que fica apanhando por causa de diabo de carro. Coisa que eu estou preocupado com carro! Eu andava de carroça quando eu nasci, estou preocupado com diabo de carro, moço? Agora fica aí. Todo mundo assinou. Agora todo mundo tira o couro e fica o otário aqui com couro de jacaré levando chibatada aqui por causa dos outros.

Por que não assumem também que todo mundo assinou? Ou por que não coloca no papel: "Ah, eu votei sem saber". Mais burro é quem vota sem saber o que está votando, então. Agora fica aqui o otário, porque está na Mesa, levando chibatada. Então todo mundo tem que assumir: "Eu votei sem saber o que eu estava votando". É mais feio do que eu que estava votando. Agora fica eu levando chibatada igual o outro disse que eu sou cretino. Porque eu sou da Mesa, aí eu sou cretino! Pelo amor de Deus!

Eu já disse: ou nós 24 nos unimos ou estaremos mortos, porque cretino é quem me chama de cretino. Bandido é quem me chama de bandido. Vê se pode, Deputado Agaciel Maia, eu combati a bandidagem a vida toda. Até o cinegrafista que está ali deve estar rindo, porque ele ia à delegacia filmar os bandidos. E hoje eu sou chamado de bandido e ele está me filmando, porque eu venho para o Parlamento defender o povo. Olha a indignação que eu sinto. Aí meu filho me liga: "Pai, estou ouvindo a *Band*. O homem está chamando o senhor da Mesa...". Aí coloca no Facebook minha foto, como se eu fosse cretino realmente. Isso tudo por causa de uma transparência que tem que ser natural. Tem que ser natural! Se não for transparência natural, quando chegar em 2014, o povo não vota. E aí o Dr. Michel vai cuidar do "Michelzinho" dele lá no inferno. Pega o "Michelzinho" e vai embora. Onde quiser, moço! É muito simples. Não tinha aquela música do banquinho? Pegue o seu banquinho e vai embora. O "Michelzinho" vai para onde ele quiser também.

O que não dá é querer obrigar as pessoas. Aqui tem um tal de querer obrigar as pessoas. Cada um é livre. Cada um é livre para fazer o que quiser, Presidente. Não há lei que obriga o ser humano. Eu sou transparente. Eu vou publicar tudo. Raimundo, eu já lhe disse duas coisas: se você emagrecer, eu mando você embora.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
21 03 2012	15h30min	19ª SESSÃO ORDINÁRIA	7

Já estou lhe dizendo. E outra: Se você não publicar as minhas coisas nos portais, eu mando você embora também. Está resolvido o problema! Não precisou de lei! Pronto! Acabou. Acabou, Presidente. Então para que essa discussão? Aqui tem esse negócio. Lei para acabar com o 14º e 15º salários. Não precisava de lei. O senhor precisou de lei para decidir? O senhor toda a vida foi ético. Acabou. Agora, não.

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – Só lembrando que quem recebeu também é ético. Era legal. Havia uma legislação que amparava.

DEPUTADO DR. MICHEL – Claro! Eu sempre fui ético e não tinha aberto mão. Mas aqui é um querendo crescer em cima do outro. É um querendo subir em cima do outro. Só se esquece que há oitocentos lá fora querendo entrar aqui. O inimigo não está aqui dentro. O Deputado Wasny de Roure está bruto, porque quer votar e eu fico falando demais. Mas eu tenho que falar porque se eu não desabafar eu tenho um infarto. Eu tenho que falar! Vocês me desculpem.

Vou permitir todos falarem. Eu tenho de falar porque, se nós não nos unirmos, vão nos engolir; e estão nos engolindo. Vejam vocês! Uma Mesa Diretora que representa os outros dezenove Deputados é chamada de cretina. Se eu sou cretino, vocês imaginam o que não são os meus pares que são representados por mim. Pensem vocês nisso! Porque, se eu sou cretino e represento os outros dezenove, o que não são dos outros? Se o meu Presidente é analfabeto jurídico, o que é dos outros, então? Pensem no que eu estou falando, pessoal! Chegou o momento de nós nos unirmos. Chegou o momento, e eu estou desabafando porque não aguento mais. Eu estou no limite! Eu estou no limite. Eu estou no limite...

DEPUTADA ARLETE SAMPAIO – Permite-me V.Exa. um aparte?

DEPUTADO DR. MICHEL – Ouço o aparte de V.Exa.

DEPUTADA ARLETE SAMPAIO (PT. Sem revisão da oradora.) – Deputado Dr. Michel, eu acho que o seu desabafo é bastante compreensível porque, ao se votar uma emenda nesta Casa que permitia a flexibilização dos carros de representação, não sei de onde foi se intuir que aquilo representaria compra de carro para cada um dos Deputados. É uma livre interpretação feita equivocadamente porque não era esse o objetivo, como já demonstrou o Presidente Deputado Patrício, não se tinha o objetivo de comprar carros para Parlamentares, mas carros para a administração da Casa, o que é absolutamente normal. Nós, às vezes, sofremos esses ataques todos, mas eu digo a V.Exa. que eu ainda prefiro a mídia barulhenta ao silêncio da ditadura. Nós temos é que nos defender mostrando que esta Casa é um espaço que realmente debate a coisa pública, que debate o interesse público e que está voltado de fato para defender os interesses da comunidade. Esse é o grande desafio que temos aqui.

A segunda questão que eu queria comentar com V.Exa. diz respeito ao nosso companheiro Deputado Federal e Secretário de Estado, Paulo Tadeu. Durante o ano passado, eu não estava nesta Casa, eu estava Secretária do Desenvolvimento Social e Transferência de Renda e tive sempre na Secretaria de Governo, na pessoa do



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
21 03 2012	15h30min	19ª SESSÃO ORDINÁRIA	8

Secretário Paulo Tadeu, apoio absoluto às ações que desenvolvíamos lá. Eu sei da importância do Paulo Tadeu na articulação política com a montagem da base aliada nesta Casa, na articulação política com o Tribunal de Justiça, com diversos outros órgãos do Governo e do trabalho gigantesco que S.Exa. fazia dentro do Governo para cumprir uma missão que na verdade é uma dupla missão.

Quando o Governador Agnelo discutiu, no âmbito interno do Governo, a possibilidade de se dividir a Secretaria e trazer para cá o nosso companheiro Swedenberger Barbosa, que foi Secretário de Governo quando eu fui Vice-Governadora e que foi Secretário Executivo da Casa Civil do Governo Federal, acho que S.Exa. fez uma coisa combinada. Em nenhum momento se tentou diminuir a importância do Deputado Paulo Tadeu, do papel como secretário de governo, do papel que S.Exa. cumpriu duplamente neste um ano em que esteve à frente da Secretaria de Governo.

Acho um equívoco quem quer pensar que o Berger possa ser o salvador da pátria. O Berger tem que ser visto como uma pessoa a mais para ajudar o governo nesta difícil missão de articulação interna, de gestão do governo, para que possamos otimizar os resultados, hoje, fartamente importantes em diversas secretarias do Governo.

Então, eu concordo com V.Exa. Acho que nenhum de nós jamais poderia subestimar a importância vital do Paulo Tadeu para o Governo do Distrito Federal, para a cidade – o segundo Deputado Federal mais votado em Brasília, com um índice excepcional de votos, mais de 160 mil votos aqui nesta cidade. S.Exa. é uma figura extremamente honrada, séria, ética, brilhante, um jovem de muito futuro pela frente.

Portanto, eu quero me somar a V.Exa. nesse reconhecimento ao papel do Deputado Paulo Tadeu.

DEPUTADO DR. MICHEL – Muito obrigado.

DEPUTADO SIQUEIRA CAMPOS – Permite-me V.Exa. um aparte?

DEPUTADO DR. MICHEL – Ouço o aparte de V.Exa.

DEPUTADO SIQUEIRA CAMPOS (PSC. Sem revisão do orador) – Obrigado, Deputado Dr. Michel. Todos nós somos solidários com o seu desabafo. Eu acho que esse ataque da mídia diariamente denigre a imagem da Casa, mas denigre individualmente a imagem de todos nós. É um sensacionalismo que nem sempre é objetivo. Nós estamos aqui discutindo, reclamando por causa de uma verba de aluguel de carro ou por conta até de se comprar um carro. Todos os juízes têm carro, bem como os procuradores, secretários. Fica até mais barato para o Estado que assim seja.

A nossa verba indenizatória nos permite o aluguel de um carro que pode custar 8 mil reais, 6, 7, mensais. Se nós comprarmos um carro de luxo no valor que a imprensa está noticiando, 90 mil; o Estado, se parcelasse, pagaria em 24 meses e ainda sobraria alguma coisa. E seria um patrimônio do Estado.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
21 03 2012	15h30min	19ª SESSÃO ORDINÁRIA	9

Então, a imprensa é importante, mas o sensacionalismo que vem só com o objetivo de denegrir esta Casa não. Aí temos que defender realmente porque aqui cabe a cada um de nós exatamente defender o que é certo e o que é errado. Se estivermos errados temos que mudar, sim, porque o nosso chefe é aquele que nos mandou para cá, é o povo, e é nossa obrigação vir aqui para economizar para o Estado, pois quando estamos economizando para o Estado estamos economizando para a sociedade que representamos.

Não me sinto de forma nenhuma constrangido porque sou a favor, sim, da compra do carro para cada um dos Deputados, porque fica mais barato. Temos medo de dizer o que pensamos com medo de sermos atacados, com medo de sermos execrados pela imprensa. Mas chamo qualquer um para me dizer: o que fica mais barato, alugar um carro por 8 mil reais ou ter um carro que pode ser trocado de três em três anos sem gasto nenhum para o Estado?

A verba rescisória tem que ser transparente. Cabe a nós, sim, se for nossa obrigação, devemos fazer, porque assim vamos ser menos criticados: colocar na internet para dizer o que estamos fazendo com ela. É nossa obrigação, sim, dar essa satisfação. A sociedade exige, e é nossa obrigação. Mesmo que ela não exigisse, caberia a nós colocar para que realmente não sejamos acusados levianamente. É esse o nosso ponto de vista.

Desde que cheguei aqui, há um mês, vejo esta Casa diariamente, cotidianamente ser bombardeada. Temos que nos reunir para achar a solução para isso, dar a resposta correta para a imprensa e para a sociedade. A imprensa é um excelente guardião da sociedade e deve fazer o que está fazendo. Prefiro-a assim, às vezes até me atacando levianamente, dizendo o que não fiz levianamente, induzindo a minha imagem levianamente, do que ela no silêncio. Temos que dar resposta à sociedade e temos que fazer aquilo que fomos mandados fazer aqui: deliberar, votar, agir, é isso o que estão esperando de nós. É com nossas atitudes que vamos silenciar essa quantidade de ataques que vêm à nossa imagem e à imagem desta Casa.

Muito obrigado.

DEPUTADO JOE VALLE – Permite-me V.Exa. um aparte?

DEPUTADO DR. MICHEL – Ouço o aparte de V.Exa.

DEPUTADO JOE VALLE (PSB. Sem revisão do orador.) – Obrigado, Deputado Dr. Michel. Quero primeiro estar junto com V.Exa., até porque somos membros da Mesa. A população precisa realmente fiscalizar, principalmente aqueles que depositaram confiança em todos nós, precisa fiscalizar e a transparência é fundamental.

Tenho feito um trabalho, pessoalmente, como opção pessoal, de ter todas as minhas contas na internet desde o primeiro momento do meu mandato, desde o primeiro dia. Isso é uma questão de um trabalho, de um DNA que eu trouxe em



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
21 03 2012	15h30min	19ª SESSÃO ORDINÁRIA	10

função de um processo de gestão. Sou profissional dessa área e tenho feito todo um mandato ligado à questão da produtividade.

O preço de um mandato. Agora, no dia 13 de abril, eu queria aproveitar e convidar todos, estamos lançando um portal de transparência do mandato. Isso é uma coisa engraçada, como eu poderia ser contra a transparência se faço isso desde o começo do meu mandato, desde o primeiro momento, e ainda lanço um portal que vai trabalhar não só a verba indenizatória, porque essa está na internet, mas quanto custa o mandato de cada um de nós e o que cada um dos nossos mandatos produz?

Estou fazendo isso sobre o meu mandato, por vontade pessoal, para que possamos mostrar se o mandato tem ou não viabilidade. De que referência estamos falando? Na maioria das vezes, fala-se que tem que ser um mandato transparente, mas o que é transparência em um mandato?

Fizemos essa pesquisa, incorporamos dentro de um portal, não só com uma instituição, com várias instituições, para que possamos falar de forma concreta, profunda, e que tenha resultados aquilo que nós falamos. Não com sensacionalismo, mas com informação concreta, baseada em fatos, baseada num referencial de gastos e de produtividade para a coletividade. É isso o que acho que precisamos fazer e aprofundar.

Eu queria também concordar com o nosso companheiro Deputado Agaciel Maia no sentido de que precisamos efetivamente dos meios de comunicação instalados. A *TV Distrital* é fundamental para a população poder acompanhar os nossos discursos, os nossos trabalhos. De uma forma muito clara e muito transparente, poder avaliar cada mandato. Nesse momento da democracia plena que é o voto, poder escolher aquele Deputado, aquele representante que melhor fizer o trabalho ao longo desse tempo.

Então, nesse processo de transparência, no conceito de transparência, acredito que a nossa Casa e as casas legislativas estão até além de outros Poderes. Vou falar da nossa Casa: todo voto aqui é aberto; e houve um processo de acompanhamento e de encerramento, de término do 14º e do 15º, a partir de um trabalho de fiscalização da coletividade. Nossa Casa foi uma das únicas casas e a primeira a fazer isso. Eu vejo que temos um progresso nesse sentido.

Agora, precisamos efetivamente de uma referência do que é o mandato produtivo, porque não dá para só falarmos, falarmos, falarmos e nada fazermos e, mesmo assim, esse mandato ser avaliado como um mandato produtivo, porque não se tem a referência do que é. O que é um mandato efetivamente transparente? É um mandato que coloca suas contas? É um mandato que esclarece seu custo? É um mandato que se coloca para a sociedade? É um mandato que produz leis eficientes e com qualidades? É um mandato eficiente e eficaz? É um mandato que representa, que fiscaliza e que legisla?

Então, auferir esse tamanho, esses indicadores para ver a eficiência desse mandato, acho que falta para a nossa Casa. Isto é uma coisa que a imprensa pode



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
21 03 2012	15h30min	19ª SESSÃO ORDINÁRIA	11

inclusive abordar: o que é um bom mandato? Nós, até o momento, não sabemos o que é, porque não temos referência. Nós estamos montando todo um trabalho de medição de qualidade, de quantidade e de eficiência do mandato, logicamente partindo de transparência total. Acho que todos os Deputados têm interesse em que seus mandatos tenham transparência total e informação total para aquelas pessoas que estão do outro lado e que votaram por confiança.

Deputado Dr. Michel, sei do trabalho de V.Exa. nesta Casa, sei que V.Exa. é um Deputado combativo e está em todos os lugares trabalhando e buscando a verdade. Tenho certeza de que, no momento em que tivermos a consciência absoluta da necessidade de estarmos coletivamente buscando o melhor para a nossa Casa e mostrarmos isso para a coletividade, nós conseguiremos não só eficiência – que temos, porque trabalhamos muito – mas eficácia, mostrando para a população que esta Casa é necessária e faz um trabalho fundamental para a qualidade de vida da nossa cidade.

DEPUTADO DR. MICHEL – Muito obrigado, Deputado Joe Valle. Acredito que nós teremos o selo ISO 900. Isto que é o importante: não basta falar, tem que mostrar. Isso é muito importante. Pode ter certeza de que me ombreio com V.Exa. e estarei mostrando. Se V.Exa. quiser pegar o meu mandato para também servir de exemplo dentro do seu padrão, estarei pronto a todo o momento.

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – Permite-me V.Exa. um aparte?

DEPUTADO DR. MICHEL – V.Exa. não precisa pedir aparte, V.Exa. pode usar a palavra como um todo, porque V.Exa. é um Presidente de grande proficiência nesta Casa e está pronto para falar.

DEPUTADO PATRÍCIO (PT. Sem revisão do orador.) – Muito obrigado, Deputado Dr. Michel, mas estamos nos Comunicados de Líderes e V.Exa. está com a palavra. Então, peço um aparte para que eu possa colaborar.

Primeiro, eu gostaria de parabenizar V.Exa. pelo seu comunicado como Líder, pela maneira como V.Exa. prestou deferência ao Secretário de Governo, Deputado Federal Paulo Tadeu, e também pelos assuntos que V.Exa. abordou em seu comunicado. É claro que todos nós precisamos tocar nesses assuntos. Primeiro, o companheiro Paulo Tadeu – é bom deixar claro que é companheiro Paulo Tadeu – foi Deputado Distrital durante três mandatos nesta Câmara Legislativa, e não tem nada que desabone a conduta do companheiro durante os doze anos de mandato, de vida pública na Câmara Legislativa, onde foi Líder da bancada do PT, foi Vice-Presidente da Câmara e cumpriu os três mandatos. S.Exa. inclusive foi um dos Deputados mais votados em duas eleições de que participou; na última eleição, em que concorreu a Deputado Federal, foi o Deputado Federal mais votado pelo Partido dos Trabalhadores, foi o segundo de todos os Deputados eleitos, em função de o Deputado Reguffe ter sido o mais votado.

É bom deixar claro que o Deputado Paulo Tadeu, que assumiu como Secretário de Governo, pegou uma árdua missão inclusive. No início, nós tínhamos a



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
21 03 2012	15h30min	19ª SESSÃO ORDINÁRIA	12

Secretaria de Governo e a Casa Civil, que depois foi absorvida pela Secretaria de Governo. O Deputado Paulo Tadeu, além da gestão do Governo, teve que assumir também a articulação política com os Parlamentares e com os órgãos públicos. Agora, por mais que o Governo tivesse um problema de gestão, é bom deixar claro que não é o Secretário de Governo Paulo Tadeu, que é o coordenador das pastas. Segundo as pesquisas, a área que a população aponta ter mais problemas é a Secretaria de Saúde. O Deputado Paulo Tadeu não é Secretário de Saúde, é Secretário de Governo. Inclusive, foi um das áreas que mais receberam recursos do Governo do Distrito Federal e nos convênios com o Governo Federal. Esta Casa aprovou a emergência na saúde para que pudessem ser adotadas medidas que atendessem a população. Então, não dá para transferir para o Secretário de Governo qualquer responsabilidade.

É bom deixar claro que a posição do Governador de reativar o modelo de Secretaria de Governo e de Casa Civil é para implementar um novo modelo de gestão no segundo ano de governo, com a finalidade de dar uma nova resposta para a sociedade, o que é normal inclusive para qualquer governante. A Presidente Dilma poderia adotar ou qualquer governador de qualquer unidade da Federação. O que não pode se permitir, o que os Deputados não podem permitir, sejam os distritais ou as pessoas públicas, é o linchamento público. Isso não pode ser permitido. O que estão colocando é o linchamento público de alguém que tem compromisso com a sociedade do Distrito Federal. É isso que não podemos permitir.

Então, realmente V.Exa. tem que sair em defesa do companheiro Paulo Tadeu, que hoje é Secretário de Governo de Estado. É bom deixar claro. As conquistas que o governo terá no ano de 2012, tem que se levar em consideração que serão fruto do trabalho do Deputado Paulo Tadeu e da sua equipe à frente do Governo do Distrito Federal. Não se deixa um mandato de mais de 200 mil votos para ser Secretário de Governo depois de se passar pela Caixa de Pandora e de se ter cinco governadores, como ocorreu com o Governo do Distrito Federal, uma máquina sucateada.

É bom lembrar aqui que o governador que saiu, em função das denúncias da Caixa de Pandora, foi o líder do governo de Fernando Henrique Cardoso na época em que ocorreram as privatizações. Nós tivemos que assumir o Governo do Distrito Federal no ano de 2011, restituímos e recuperamos o Estado. É bom deixar isso claro. Recuperamos o Estado, porque o Estado estava sucateado e falido. Havia uma dívida, não só financeira, pois nós não tínhamos também estabilidade política.

Então, o Deputado Paulo Tadeu, Secretário de Governo, cumpriu a sua missão e tem que ser respeitado pela missão que cumpriu. Aliás, não só pela missão que cumpriu como Secretário de Governo, mas pela votação que o povo de Brasília concedeu a S.Exa. nas últimas eleições.

Nós temos que abolir essa prática do linchamento público. É isso que temos de abolir, Deputado Dr. Michel. Quero inclusive ser solidário com o Deputado Agaciel Maia em função das denúncias que saíram ontem em jornal de veiculação local e



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
21 03 2012	15h30min	19ª SESSÃO ORDINÁRIA	13

nacional. Nós temos que nos unir. Ou os Deputados desta Casa se unem aqui ou sofreremos linchamento público o tempo todo. É isso que está acontecendo. Eu disse aqui na semana passada e vou repetir: este Poder não vai ficar de joelhos para ninguém. Engana-se quem acha que vai nos colocar de joelhos.

Vou dar alguns exemplos práticos aqui. É bom que quem for falar fale olhando nos olhos e que as pessoas tenham responsabilidades. Eu nunca processei nenhum jornalista. Deputada Arlete Sampaio, eu, que vim do meio militar, concordo com V.Exa. em que temos que ter uma imprensa livre, uma imprensa que fale, que denuncie, mas uma imprensa responsável, não uma imprensa que viva mamando nas tetas do Governo para achincalhar outro Poder. Isso não! Isso não! Isso não! Estou muito tranquilo para falar isso, porque nós estamos administrando a verba de publicidade da Câmara Legislativa. Está aí o desafio que eu lancei na semana passada para quem quiser ver. Eu não tenho nenhum problema com isso.

Deputado Dr. Michel, o projeto de que eu falei na semana passada está pronto. Vou passá-lo para os 24 Deputados, para que cada um possa analisá-lo, para que concordemos com ele, para que o assinemos e possamos votá-lo nesta Casa. Está pronto. É o Poder Legislativo que vai dar a resposta para a sociedade e para a imprensa. Se o Governado vetá-lo depois de aprovado, se for aprovado, vamos derrubar o veto na Câmara Legislativa, e esse projeto se tornará lei. As pessoas terão que se adequar à legislação, à lei. Quem está aqui como Deputado ganhou o mandato outorgado pela sociedade, pelo direito democrático mais sagrado, que é o direito do voto de cada cidadão que vai à urna votar seu voto secreto. Todo mundo tem que respeitar, quem quer que seja. Na próxima eleição, que cada eleitor vote em quem quiser.

Então, amanhã, vou pedir a minha assessoria que distribua para todos os Deputados o projeto, para que todos os Deputados possam apresentar contribuições, nós possamos concluí-lo, e, já na semana que vem, ele conte com a assinatura dos Deputados e nós o protocolemos e realizemos sua votação, depois de o projeto tramitar nas comissões.

Deputado Dr. Michel, aqui nada vai ser escondido, diferentemente do que dizem por aí. Primeiro, porque a emenda que foi aprovada – como disse bem V.Exa., Deputada Arlete Sampaio – não era emenda submarina. Nós fizemos inclusive por via terrestre aqui. Não sei que emenda submarina... A emenda para a compra de veículos foi relatada e foi aprovada pelos Parlamentares. Deputado Dr. Michel, nós determinamos a compra de seis veículos para a Mesa Diretora. Eu não tenho nenhum problema com isso. E, se fosse para os 24 Deputados, não teria nada de anormal, desde que se fizesse com licitação e de maneira transparente e pública.

O Tribunal de Contas tem um carro para cada conselheiro, e ninguém fala nada. Também o Ministério Público e o Tribunal de Contas não têm verba de publicidade e não vão ficar apanhando o tempo inteiro dos veículos de comunicação, senão param as licitações e param os contratos. Param inclusive os contratos, Deputado Dr. Michel – então, não vão apanhar. No Ministério Público, cada promotor



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
21 03 2012	15h30min	19ª SESSÃO ORDINÁRIA	14

também tem um veículo. No Tribunal de Justiça, cada juiz também tem. O engraçado é que na própria Polícia Militar, Deputado Dr. Michel, todos os comandantes de unidade têm carro com motorista, e ninguém fala nada – o comandante. Os delegados de polícia também têm, e ninguém fala nada. Os chefes de seção da Polícia Civil de cada delegacia têm, e ninguém fala nada. Nos Bombeiros, os comandantes têm, e ninguém fala nada. Na imprensa, eu nunca vi jornalista vir trabalhar com carro próprio, vem no carro do veículo de comunicação, e ninguém fala nada. Mas o Deputado tem que trabalhar com o carro dele, é claro!

Este Poder vai se dotar dos meios necessários para prestar o serviço para a sociedade. E aí, podem noticiar. Inclusive, eu vou dar aqui uma sugestão de pauta: quando os veículos chegarem e estiverem na garagem, podem tirar foto, filmar e mostrar para a sociedade, porque não há nada a esconder. Estarão na garagem, porque a garagem é pública, o prédio é público, é para ser mostrado mesmo. É para saberem qual foi o veículo comprado em uma licitação pública – pública! É diferente de quem faz sem licitação.

Para os contratos, Deputado Dr. Michel, eu apresentei um requerimento em que se solicitam todos os contratos de publicidade do GDF, mas não pedi requerimento de informação. Eu pedi com um requerimento assinado por quatro Deputados, no mínimo, pela Assessoria Especial de Fiscalização e Controle – ASFICO. Todo mundo deve saber que seção é essa da Câmara Legislativa, que vai ver os contratos, vai auditar. E, se houver alguma ilegalidade ou irregularidade, a Câmara Legislativa pode decretar suspensão e anulação. O Poder Legislativo pode, o Poder Legislativo tem esse poder, e vai fazer por essa comissão de fiscalização. É a Unidade de Controle Externo, Deputado Joe Valle. V.Exa. conhece bem porque está sob sua tutela.

Nós já estamos lá com todos os técnicos analisando, porque podemos suspender inclusive um monte de contratos do Governo do Distrito Federal a qualquer momento, o Poder Público vai fazer. O Poder Público, porque é a Câmara Legislativa. E os veículos ou quem quiser podem noticiar.

Isso dos carros é para deixar bem claro. Porque depois dos seis carros, pode haver outros carros comprados, mas tudo com licitação, tudo de maneira pública e transparente. No final do ano, é claro, serão prestadas contas, como fazemos todos os anos. E o que sobrar de dinheiro da administração... Nós economizamos, Deputado Dr. Michel, com a anuência dos Deputados da Mesa e dos 24 Deputados, 110 milhões de reais, mas nós passamos ao GDF para pagar salário de servidor da saúde. É bom deixar claro aqui, da saúde. Porque nós temos responsabilidade com a coisa pública e com o dinheiro público, Deputado Dr. Michel. Foi isso que nós fizemos.

Quanto à questão da verba indenizatória, eu vou dar mais um recado aqui: a verba indenizatória não vai acabar. É ela que garante ao Parlamentar a atividade parlamentar. O Ministério Público apenas solicitou – para esclarecer para os Deputados e para todo mundo – os contratos, as notas fiscais e os processos para



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
21 03 2012	15h30min	19ª SESSÃO ORDINÁRIA	15

analisar. É público. Qualquer cidadão que quiser pode ver, desde que se identifique e apresente documentação, porque aqui, Deputado Cláudio Abrantes, é um órgão público. E, se a pessoa que solicitou danificar, vai responder à luz da Justiça, é claro.

O Ministério Público pediu. Se mandar alguma recomendação, nós vamos analisar. Se houver irregularidade, qualquer Deputado não vai se omitir da sua responsabilidade. Nós vamos tomar as medidas necessárias, como sempre fizemos.

Mas não adianta chegar, como alguns já estão chegando, com representação contra um ou outro Deputado, porque não vai proceder e não vai avançar. Vai chegar à Presidência, vai chegar à Mesa e não vai avançar. Se não estiver amparado e com legalidade, pela pressão da imprensa ou de alguns setores, não vai avançar. E eu não tenho nenhum problema em mandar arquivar, como fiz com cinco pedidos de *impeachment* do Governador Agnelo. Em qualquer processo de representação contra Deputado, não tenho problema quanto a isso.

Vou dar outro exemplo aqui, Deputado Chico Vigilante. Nós sobrestamos o processo do Deputado Benedito Domingos, Deputado Dr. Michel, Deputado Prof. Israel Batista, que também é da Comissão de Defesa dos Direitos Humanos, Cidadania, Ética e Decoro Parlamentar. Nós arquivamos. O Conselho Especial do Tribunal de Justiça – o Deputado Benedito Domingos nem está aqui – aceitou a denúncia. Não existe nada de anormal. Começam a perguntar qual é o procedimento. Que procedimento? Eu não dei nenhuma declaração e nem vou dar sobre isso. Não há procedimento nenhum. A Justiça vai fazer o seu papel. Agora, ele vai depor, vai prestar esclarecimentos, tem o amplo direito de defesa – está garantido na Constituição –, a Justiça vai declarar e depois decretar no julgamento se ele é culpado ou se é inocente. Depois do trânsito em julgado é que a Câmara Legislativa pode se pronunciar. Já estou avisando aqui: depois do trânsito em julgado, não é antes sob pressão de ninguém. Depois do trânsito em julgado.

Não adianta pressionar ou perguntar, porque nós não vamos fazer nada. Primeiro, porque a Mesa Diretora é que vai iniciar, e a Mesa está tranquila, Deputado Joe Valle, Deputado Olair Francisco, Deputado Dr. Michel, Deputado Aylton Gomes. Nós estamos muito tranquilos. Foi por isso, inclusive, que nós colocamos a possibilidade de arquivamento do projeto do Deputado Chico Leite. Viu, Deputado Chico Leite? V.Exa. me desculpe, mas nós já fizemos uma análise, pela Procuradoria, para que o projeto seja arquivado. Nós não o arquivamos, ele vem a plenário. Mas com certeza será arquivado por vício de iniciativa. Há um amplo debate sobre isso, mas não tem problema.

É o mesmo debate, Deputado Chico Leite, da questão que passou pela Comissão de Constituição e Justiça sobre a criação da gratificação do auxílio-transporte dos policiais e bombeiros militares – que são a minha base eleitoral –, mas é inconstitucional, porque há uma legislação federal, a Lei nº 12.086, que prevê que é o governador que baixa por decreto, não passa pela Câmara Legislativa. A Câmara Legislativa não tem autonomia para isso.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
21 03 2012	15h30min	19ª SESSÃO ORDINÁRIA	16

A Mesa Diretora também é quem tem a prerrogativa exclusiva de legislar sobre os assuntos atinentes à administração da Câmara Legislativa. É bom lembrar que, como V.Exa. disse, Deputado Dr. Michel – eu quero agradecer a paciência de V.Exa. –, nós arquivamos. A Mesa Diretora foi eleita pelos pares para administrar a Câmara Legislativa. É por isso que nós fizemos isso.

Nós também aprovamos aqui um projeto de resolução da Mesa Diretora e depois declaramos a prejudicialidade dos projetos de alguns Deputados extinguindo os 14º e 15º salários. Tudo dentro da legalidade. É assim que a Câmara Legislativa vai se portar, seguindo a Constituição Federal, a Lei Orgânica e o Regimento Interno.

Deputado Chico Leite, a Procuradora Eunice do Ministério Público encaminhou à Câmara Legislativa uma recomendação sobre a questão do pagamento de V.Exa. Eu estou falando no plenário, em público, porque eu não vou travar batalha com ninguém pela imprensa e nem vou fazer pelas costas de ninguém. Por isso eu deixei receber há três dias e estou comunicando a V.Exa. no plenário. A Procuradora recomendou que a Câmara Legislativa fizesse o pagamento de V.Exa. pelo Ministério Público, porque a Diretoria de Recursos Humanos comunicou ao Ministério Público que, a partir deste mês, V.Exa. receberá pela Câmara Legislativa. A Procuradora colocou que nós temos de seguir a lei complementar e pagar pelo Ministério Público. Eu estou respondendo a V.Exa. e ao Ministério Público – já mandei responder, pela Procuradoria, e já fica ciente aqui a Mesa Diretora – que a Câmara Legislativa não vai seguir a recomendação do Ministério Público e vai pagar pela Câmara Legislativa. Se o Ministério Público fizer o pagamento, V.Exa. tem todo o direito de entrar na Justiça para suspender um dos dois pagamentos. A lei complementar federal trata da questão dos salários dos membros do Ministério Público, mas a Constituição Federal, nos arts. 32 e 37, estabelece muito bem que os salários dos deputados das assembleias estaduais correspondem a 75% do salário de deputado federal. Isso está previsto no art. 37. O art. 32 diz que os deputados distritais percebem também esse valor. E o que regulamenta esse artigo é um projeto de resolução aprovado no Plenário desta Casa, por unanimidade dos que votaram. V.Exa. e o Deputado Agacieli Maia não votaram, porque se sentiram impedidos de votar. Mas foi aprovado, por unanimidade. Então, sendo aprovado e seguindo a Constituição Federal, porque esta Casa vai seguir, o pagamento será feito pela Diretoria de Recursos Humanos da Câmara Legislativa do Distrito Federal. Eu estou falando com V.Exa. porque o expediente será encaminhado ainda hoje ao Ministério Público do Distrito Federal. Esta Casa não é obrigada a seguir a recomendação do Ministério Público. Ele pode recomendar o que quiser. A Câmara Legislativa vai decidir se cumpre ou não cumpre a recomendação.

Eu não vou ao Ministério Público pedir nada e nem falar nada. Então, também não venham meter o bedelho aqui na Câmara Legislativa. Não venham meter o bedelho aqui, não. O que é transparência, Deputado Dr. Michel, o que é a legislação e o que é legal nós vamos seguir. Já fazemos isso, inclusive. O portal da Câmara Legislativa já está na fase final, Deputado Joe Valle, para ser implementado



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
21 03 2012	15h30min	19ª SESSÃO ORDINÁRIA	17

e tem todas as condições para dar transparência. Inclusive, já é dada a transparência.

Eu não tenho nenhum tipo de problema para... Eu estou aqui muito à vontade para seguir a Constituição Federal, a Lei Orgânica do Distrito Federal e o Regimento Interno. E, naquilo em que eu sou um analfabeto jurídico, sou assessorado pela Procuradoria da Câmara Legislativa do Distrito Federal e pelo meu gabinete também, que é lotado de advogados que podem me assessorar. O Presidente Lula não tinha um título superior, mas teve dois mandatos e foi o melhor presidente do Brasil. Saiu, inclusive, aclamado com mais de 80% de aprovação. Então, é preciso que quem ocupe cargo público, que é gestor público tenha uma excelente equipe e não necessariamente seja um amplo gestor e seja formado em curso superior em todas as áreas.

Eu estou muito tranquilo nessa área. Estou muito sossegado, porque eu sei que os meus técnicos, a minha assessoria correspondem aos meus anseios e aos anseios da sociedade também. E são todos, Deputado Dr. Michel, servidores efetivos da Casa, concursados. Depois que sairmos daqui, eles irão continuar no Poder Legislativo.

Obrigado a V.Exa. por ter me dado a oportunidade de prestar esses esclarecimentos e pelo aparte que V.Exa. me concedeu nos Comunicados de Líderes.

DEPUTADO DR. MICHEL – Eu é que agradeço, Sr. Presidente.

Quero parabenizar V.Exa. pelo aparte. Muito obrigado pelo tempo.

Era o que eu tinha a dizer.

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – Dando continuidade aos Comunicados de Líderes, concedo a palavra ao Deputado Chico Vigilante pelo bloco PT/PRB.

DEPUTADO OLAIR FRANCISCO – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO OLAIR FRANCISCO (PT do B. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra por dois motivos.

Primeiro porque amanhã a Comissão Especial da Copa de 2014 faria uma reunião no Estádio Nacional, mas o Sr. Secretário da Copa solicitou que a referida reunião fosse transferida de volta para o Poder Legislativo. Para atender a demanda do Sr. Secretário, solicito a V.Exa., devido ao curto espaço tempo, que use de suas prerrogativas e garanta a disponibilização amanhã de uma das salas das comissões para que possamos receber o Sr. Secretário.

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – V.Exa. não pede, V.Exa. manda. E, além de mandar, é Secretário da Mesa. V.Exa. tem à sua disposição a sala aqui ao lado do plenário ou a sala na Presidência. Acho melhor na Presidência porque há



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
21 03 2012	15h30min	19ª SESSÃO ORDINÁRIA	18

serviço de copa, toda uma infraestrutura para tratar bem o Sr. Secretário e as demais autoridades que vêm discutir a matéria, um assunto tão importante.

DEPUTADO OLAIR FRANCISCO – Sr. Presidente, como se trata de uma reunião pública, seria melhor a disponibilização de uma das salas das comissões.

A outra questão, Sr. Presidente, é que um dos maiores projetos foi lido em plenário hoje – o que trata do incentivo ao desenvolvimento do Distrito Federal e que afeta as empresas. Solicito a V.Exa. que, juntamente com os Srs. Presidentes das Comissões desta Casa, com as Lideranças e com os Srs. Deputados, na próxima terça-feira votemos a matéria nas comissões e, à tarde, em plenário para regulamentarmos a matéria e permitir ao Poder Executivo estabelecer os incentivos que as empresas esperam.

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – Continuamos nos Comunicados de Líderes.

Com a palavra o Deputado Chico Vigilante, Líder do Partido dos Trabalhadores.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT/PRB. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, eu fiquei uns dias fora desta Casa por estar travando uma das maiores batalhas da minha vida, que é a batalha pela saúde da minha mãe.

Quero agradecer a cada um dos Parlamentares, Deputados e Deputadas, que me ligaram, que prestaram solidariedade. Quero agradecer a ampla corrente de oração que está sendo feita. Isso está confortando a família e está trazendo uma melhora para ela. Acreditamos que Deus opera milagres. Ela ainda estar viva é um milagre, pois teve uma parada cardíaca de sete minutos, foi reanimada, está na UTI do Hospital Universitário em São Luís do Maranhão. Mas tenho fé e acredito que ela vai, sim, sair daquela situação. Portanto, é um drama pessoal que quero compartilhar com todos, agradecendo a força que tem sido dada neste momento.

Quero dizer, Sr. Presidente, que, em relação a esses assuntos que estão sendo tratados aqui, tanto pelo Deputado Dr. Michel, como por V.Exa. e por outros Srs. Parlamentares, a melhor resposta que poderemos dar à sociedade, a Brasília é esta Casa votar os projetos que são de interesse efetivo da população do Distrito Federal. Esta é a resposta que temos de dar – votar. Sei do esforço de V.Exa., conheço a maneira correta com que conduz esta Casa, sei do tanto de projetos importantes que já votamos, como a Lei Geral da Pequena e Micro Empresa, que garantimos que votaríamos em seis meses, e votamos; a gestão democrática das escolas, que foi um outro projeto fundamental; a disponibilidade de meios para que a Secretaria de Saúde contratasse servidores, projeto que também foi votado nesta Casa; o Plano Diretor de Transporte Público do Distrito Federal, outro projeto fundamental, outra lei que tivemos a coragem de aprovar.

Vai ser lido daqui a pouco, Deputado Agaciél Maia, nesta Casa, um projeto também muito importante, que é o projeto da redução do ICMS do setor atacadista



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
21 03 2012	15h30min	19ª SESSÃO ORDINÁRIA	19

do Distrito Federal. Nós precisamos, já na próxima semana – e sei que V.Exa. vai enviar esforços para que as comissões se reúnam e possam votar o assunto na terça-feira –, na quarta-feira, em plenário, votar essa lei, mesmo tendo a clareza de que o Ministério Público vai questioná-la.

Por que, Deputado Siqueira Campos, nós temos de ter essa clareza? O Deputado Chico Leite não gosta muito do que eu vou falar, mas eu tenho de falar. Deputado Chico Leite, hoje estados como São Paulo, Rio de Janeiro, Goiás, Minas Gerais, Rio Grande do Sul e até Roraima, que fica lá nos confins do Brasil, têm a mesma legislação que nós vamos aprovar aqui. Os Ministérios Públicos daqueles estados não questionam a constitucionalidade dessas leis. Aqui em Goiás, a gente fica numa disputa, Deputado Joe Valle, Deputado Rôney Nemer, insana porque a gente vê que em Valparaíso de Goiás, em Águas Lindas de Goiás, em Santo Antônio do Descoberto, cidades separadas do Distrito Federal só por uma linha imaginária, as empresas podem praticar esses benefícios. Mas Brasília não pode. Goiás vai, cada vez mais, conseguindo investidores e o Distrito Federal vai presenciando os investidores irem embora daqui.

Portanto, é preciso que o Ministério Público do Distrito Federal compreenda o que é Brasília. Isso aqui não é mais uma cidade só de serviço público. Isso se esgotou. É preciso que o Ministério Público do Distrito Federal, que recebe da União, Deputado Chico Leite, veja isso. Ainda há esse negócio meio complicado de se dizer Ministério Público do Distrito Federal e Territórios. É complicado porque não existe mais nenhum território, nem perspectiva de criá-lo. Contudo, continua Ministério Público do Distrito Federal e Territórios, Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios. Não existe nenhuma perspectiva de ser criado território. É preciso que se compreenda este ser híbrido, o Distrito Federal, e que se permita o estabelecimento do setor produtivo no Distrito Federal.

DEPUTADO AGACIEL MAIA – Deputado Chico Vigilante, V.Exa. me permite um aparte?

DEPUTADO CHICO VIGILANTE – Ouço o aparte de V.Exa.

DEPUTADO AGACIEL MAIA (PTC. Sem revisão do orador.) – Deputado Chico Vigilante, V.Exa. trata de um assunto fundamental – a alteração da Lei nº 4.731, de 2011, que institui o programa de fomento à atividade atacadista e dá outras providências. E faz uma alteração no art. 1º, fundamental, para estabelecer em 7% a alíquota do ICMS e a prestação de serviços de transporte interestadual e intermunicipal de comunicação.

Nós sabemos, e acompanhamos com preocupação há algum tempo, que as empresas de Brasília, até mesmo as revendedoras de carro do Gama, foram todas para Valparaíso. Então, conversando com o Líder do Bloco, Deputado Rôney Nemer, e com os demais cinco Deputados, ficou acertado que a Comissão de Economia, Orçamento e Finanças convocará uma reunião extraordinária, na terça-feira, para apreciar esse projeto. E também o Deputado Chico Leite assumiu o compromisso de,



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
21 03 2012	15h30min	19ª SESSÃO ORDINÁRIA	20

se não houver tempo exíguo para examinar o assunto na comissão, dar o parecer em plenário a esse projeto tão importante, que tramita em regime de urgência.

É necessário também que a própria Liderança do Governo, por meio do Deputado Wasny de Roure, e fundamentalmente o Presidente desta Câmara Legislativa, Deputado Patrício, que sabem da importância da matéria, coloquem o projeto em pauta o mais rápido possível, para que nós possamos aprová-lo antes da virada do mês. Sabemos, no regime mensal de contribuições, como é importante para o Governo e para os atacadistas a aprovação desse projeto. Portanto, o Projeto de Lei nº 835, de 2012, que foi lido hoje, já está pautado para uma sessão extraordinária. Informo a V.Exa., Deputado Chico Vigilante, que o projeto está pautado para ser votado na Comissão de Economia, Orçamento e Finanças.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE – Muito obrigado, Deputado Agaciel Maia. Incorporo a fala de V.Exa. ao meu pronunciamento.

DEPUTADO WASNY DE ROURE – Permite-me V.Exa. um aparte?

DEPUTADO CHICO VIGILANTE – Ouço o aparte de V.Exa.

DEPUTADO WASNY DE ROURE (PT. Sem revisão do orador.) – Deputado Chico Vigilante, eu gostaria apenas de fazer uma complementação.

Sr. Presidente, peço a atenção de V.Exa. também. O entendimento da Liderança do Governo é de que, na terça-feira, a Comissão de Economia, Orçamento e Finanças apreciará esse projeto. Porém, a Liderança do Governo tem seis projetos de lei pautados, um dos quais sobre o acolhimento, o remanejamento de emendas dos Srs. Parlamentares. Logo, esse seria o sétimo projeto. Votaríamos os seis primeiros projetos e o sétimo seria esse, para podermos garantir o *quorum* e a viabilidade de todos eles e não apenas de um único.

Há outros projetos extremamente importantes, que tratam, por exemplo, de pagamento de pessoal e recuperação do sistema viário.

O acordo que foi firmado – naturalmente, se houver a aquiescência da Presidência neste sentido –, Deputado Chico Vigilante, é de que teremos os sete projetos de lei já pautados nesta Casa.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE – Muito obrigado, Deputado Wasny de Roure.

Acho que é por aí que aumentaremos a arrecadação do Distrito Federal. É por isso que esta Casa tem de votar. Não estou de acordo com a ideia de alguns Deputados de que a Câmara Legislativa tem de ficar parada em solidariedade aos movimentos grevistas. Acho que temos é de votar, porque, à medida que votarmos, aumentará a arrecadação e haverá a possibilidade de o Governo atender às reivindicações. Não é com a paralisação desta Casa que conseguiremos resolver os problemas. Falo com a experiência de quem foi sindicalista, Deputado Chico Leite. Quando aprovamos o IPVA para os carros zero quilômetro, muitas pessoas disseram que a arrecadação iria diminuir, Deputado Joe Valle, mas, ao contrário, a arrecadação aumentou, porque as pessoas passaram a comprar carros em Brasília.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
21 03 2012	15h30min	19ª SESSÃO ORDINÁRIA	21

DEPUTADO CLÁUDIO ABRANTES – Permite-me V.Exa. um aparte?

DEPUTADO CHICO VIGILANTE – Ouço o aparte de V.Exa.

DEPUTADO CLÁUDIO ABRANTES (PPS. Sem revisão do orador.) – Deputado Chico Vigilante, quero me colocar à disposição quanto a este tema que V.Exa. levantou, sobre a questão da competitividade, porque o que temos visto Brasil afora é, primeiramente, uma guerra fiscal, que está implementada.

Não podemos deixar de pensar, principalmente V.Exa., que é do Partido dos Trabalhadores e sempre foi um defensor... porque, às vezes, passa-se a ideia de que se está defendendo o setor atacadista somente. Temos que ter a dimensão dos milhares de empregos que são gerados a partir desse segmento, do setor produtivo.

Coloco-me à disposição para realizar este debate de maneira rápida. É obvio que está Casa olhará todos os critérios, buscará ao máximo o enquadramento dentro da legislação, mas temos que ter, sim, essa resposta rapidamente.

Outra coisa que eu gostaria de falar, Deputado Chico Vigilante, é que acho mais importante o que V.Exa. falou, há pouco, sobre a questão da redução do ICMS. Estou sempre defendendo a cultura aqui, e V.Exa. sabe que esse ICMS... se Deus quiser, teremos uma lei de incentivo à cultura ainda neste semestre e, aumentando-se a arrecadação, mesmo diminuindo a alíquota, isso irá ajudar a nossa querida cultura.

Quero também fazer um elogio a V.Exa. por, primeiramente, permitir que nós, Parlamentares, a imprensa, a galeria e os servidores possamos ter a exata dimensão do seu drama pessoal, ao expor algo tão íntimo com relação a sua mãe e, de uma maneira tão verdadeira, mostrar a fragilidade humana que todos temos nesse sentido. Vemos V.Exa., na tribuna, sempre forte, aguerrido, um combatente, e às vezes a imprensa ou os outros pares, os servidores pensam que V.Exa. é de pedra. Vemos que V.Exa. tem coração, que é uma pessoa que ama e tem demonstrado isso. Agradeço a oportunidade de compartilhar esse momento com V.Exa. De nossa parte, tenha certeza de que não faltará oração e um desejo sincero de que, em breve, V.Exa. possa estar pleno, com a cabeça voltada somente para a política. V.Exa. é muito necessário nesta Casa e fez falta nesses últimos dias. Sabemos que o senhor estava acompanhando a sua mãe. De nossa parte, quero manifestar, também, essa solidariedade, o nosso carinho, a nossa oração e o nosso desejo forte de recuperação de sua mãe.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE – Agradeço o aparte do Deputado Cláudio Abrantes e o incorporo ao meu pronunciamento.

DEPUTADO WASHINGTON MESQUITA – Permite-me V.Exa. um aparte?

DEPUTADO CHICO VIGILANTE – Ouço o aparte de V.Exa.

DEPUTADO WASHINGTON MESQUITA (PSD. Sem revisão do orador.) – Deputado Chico Vigilante, V.Exa. sabe do carinho, apreço e respeito que aprendi a ter por sua pessoa, nesses quinze meses representando o povo nesta Casa



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
21 03 2012	15h30min	19ª SESSÃO ORDINÁRIA	22

Legislativa. Agradeço a confiança em mim depositada, do Maranhão, naquele momento de dor, de aflição, sem perder a fé – porque a fé remove montanhas e afeta o coração de Deus, o Deus do impossível –, quando V.Exa. me ligou e pediu as minhas simples e frágeis orações, mas pedindo e que eu levasse o nome da sua mãe à Paróquia São Pedro, ao Padre Moacir. O nome dela está na mesa dele.

Aquela atitude demonstra o seu carinho, o seu compromisso com a família e, principalmente o seu intuito de preservar o bem maior, o patrimônio maior que o homem pode ter, que são o pai e a mãe. Parabéns por esse exemplo! Tenho certeza de que Deus está operando um milagre na vida da sua mãe e, pelas orações e pela confiança de V.Exa. e de sua família, está cuidando dela.

No que tange a esse projeto, na última reunião que tivemos, na residência oficial, com a base de apoio, eu, o Deputado Siqueira Campos, o Deputado Olair Francisco e outros Parlamentares levamos ao Governador a preocupação de realmente baixar essa tributação. Não é uma questão de regalia, não estamos aqui privilegiando ninguém, Deputado Cláudio Abrantes. Simplesmente estamos trabalhando no desenvolvimento do Distrito Federal, consolidando o Distrito Federal como uma potência econômica, porque já não mais é uma cidade administrativa. Não temos mais essa concepção no momento em que chegamos a mais de 2 milhões e meio de habitantes, a 1 milhão e 400 mil carros nas ruas, e a vários pais de família desempregados. Não podemos mais conceber que as empresas passem por Brasília e se instalem em Goiás, em Mato Grosso, em Minas Gerais. Ainda temos área aqui.

Quero até alertar V.Exa., como Líder do PT, e o Deputado Wasny de Roure, como Líder do Governo, para que, naquela área próxima à Estrutural, não seja edificada nenhuma casa. Que aquela área seja de desenvolvimento econômico e traga as indústrias não poluentes para Brasília. Antes, porém, de convidarmos as empresas para se instalem em Brasília, a fim de melhorar a arrecadação, o desenvolvimento da nossa cidade e, principalmente, trazer uma quantidade infinita de empregos, é importante valorizarmos quem acreditou nesta cidade e luta por ela. Quantos empresários estão aqui há anos, há décadas, investindo, gerando emprego, arrecadando, dando suporte e amparo legal para que o Governo faça seus investimentos e não têm esse olhar carinhoso, essa atenção?

O momento é muito oportuno. Sei que esta Casa não se furtará a dar a sua contribuição. Os presidentes das comissões se manifestaram e esse projeto, com certeza, chegará ao plenário na quarta-feira, para que possamos aprová-lo.

Está de parabéns V.Exa. e está de parabéns o Governador, que tem essa responsabilidade e esse compromisso. Nos próximos dias, vamos dar essa grande alegria ao povo de Brasília e, principalmente, trabalhar para a geração de empregos. É disso que a nossa cidade está precisando.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE – Agradeço o aparte do Deputado Washington Mesquita e concordo inteiramente com S.Exa. no sentido de que aquela



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
21 03 2012	15h30min	19ª SESSÃO ORDINÁRIA	23

área perto da Floresta Nacional seja destinada ao Setor de Desenvolvimento Econômico de Taguatinga.

Precisamos, Deputado Washington Mesquita, começar a plantar emprego no Distrito Federal, porque, antes, havia uma política, Deputado Siqueira Campos, só de plantar gente. Vai-se plantando gente e vai-se gerando violência; vai-se plantando gente e vai-se gerando desigualdade social. Precisamos plantar empregos. E se plantam empregos por meio de setores, com uma política de desenvolvimento forte. Dessa forma, as empresas podem gerar empregos no Distrito Federal. A riqueza, a distribuição da riqueza se dá através do emprego. É assim que a gente se distribui renda num país como o nosso. Portanto, eu acho importante. Estou inteiramente de acordo com V.Exa.

Para concluir, eu cheguei hoje por volta das 11h, Deputada Arlete Sampaio, mas já tive a oportunidade de acessar uma brilhante entrevista. Eu peço a todos que deem uma lida no portal 247. É uma entrevista do Governador Agnelo Queiroz. É uma ampla entrevista, mas uma entrevista muito boa, corajosa. É uma entrevista que demonstra efetivamente que vivemos um novo momento no Distrito Federal.

Eu quero me somar às palavras que foram ditas pela Deputada Arlete Sampaio, pelo Deputado Patrício e por outros no que tange à figura do Paulo Tadeu. Quero dizer também que, pelo que eu conheço do Secretário Swedenberger Barbosa, o Berger, que é amigo de todos nós, podem ter certeza absoluta de que ele veio para somar com a equipe de Agnelo Queiroz.

O Berger não veio para querer ser o salvador da pátria, ele veio para somar, conforme fui informado no discurso de posse que ele fez. Portanto, é uma figura a mais, fundamental, com uma importância estratégica, Deputado Washington Mesquita. Ele vem de dentro do Palácio do Planalto no sentido de trabalhar essa aproximação maior do Governo do Distrito Federal com o Palácio do Planalto, o que é fundamental para todos nós.

Eu quero parabenizar o Governador Agnelo Queiroz pela maneira correta, pela maneira que ele nomeou o Berger para ser o nosso Secretário da Casa Civil. Eu tenho a certeza de que o Secretário Paulo Tadeu continuará desempenhando bem o papel de articulação política, que é fundamental que seja feito.

Muito obrigado a todos.

DEPUTADO WASNY DE ROURE – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO WASNY DE ROURE (PT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu queria fazer um apelo a V.Exa. e aos colegas Deputados: poderíamos inverter as falas para entrarmos na votação dos vetos já previstos na pauta desta sessão, uma vez que temos tido dificuldades de *quorum* na votação dos dias anteriores?



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
21 03 2012	15h30min	19ª SESSÃO ORDINÁRIA	24

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – Os Parlamentares concordam com a inversão de pauta abrindo mão dos Comunicados de Líderes e dos Comunicados de Parlamentares para irmos diretamente à Ordem do Dia? (Pausa.)

Ok. Os Parlamentares concordam, então não há problema.

Sobre a mesa, Expediente que será lido pelo Sr. Secretário.

(Leitura do Expediente.)

O Expediente lido vai à publicação.

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – Dou por encerrado os Comunicados de Líderes. Dou por encerrado os Comunicados de Parlamentares para entrarmos diretamente na Ordem do Dia.

Dá-se início à

ORDEM DO DIA

Item nº 1:

Apreciação do Veto parcial ao Projeto de Lei nº 336, de 2011, do Poder Executivo, que “dispõe sobre as Diretrizes Orçamentárias para o exercício financeiro de 2012 e dá outras providências”.

Não existe acordo para esse item. Iremos fazer a votação dos vetos que estão acordados.

Item nº 3:

Apreciação do Veto total ao Projeto de Lei nº 159, de 2011, do Deputado Wellington Luiz, que “dispõe sobre a inclusão do exame que especifica na coleta de sangue de doadores voluntários”.

DEPUTADO WASNY DE ROURE – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO WASNY DE ROURE (PT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, não foi fechado acordo com relação a esse item nº3, foi com relação ao item nº4. Então, acho que, para evitar dificuldades, nós poderíamos entrar no item nº 04.

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – É porque o que chegou aqui, o que nós tínhamos aqui na reunião do Colégio de Líderes é que tinha acordo pela rejeição; como não há, vamos passar para o item nº 4.

Item nº 4:

Apreciação do veto total ao Projeto de Lei nº 192, de 2011, da Deputada Rejane Pitanga, que “obriga o Governo do Distrito Federal a fazer constar em todos os editais de licitação e contratos diretos sem licitação a exigência de reserva mínima



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
21 03 2012	15h30min	19ª SESSÃO ORDINÁRIA	25

de 5% das vagas de emprego para mulheres na área de construção de obras públicas”.

Concedo a palavra ao Deputado Chico Leite para emitir o relatório da Comissão de Constituição e Justiça sobre a matéria.

DEPUTADO CHICO LEITE (PT. Para emitir relatório.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, é o seguinte o relatório:



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
21 03 2012	15h30min	19ª SESSÃO ORDINÁRIA	26



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO DEPUTADO CHICO LEITE – PT/DF

RELATÓRIO Nº , DE 2011

ITEM nº 4
QUINTO 25

Da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA sobre o VETO TOTAL oposto ao Projeto de Lei nº 192/11, que "obriga o governo do Distrito Federal a fazer constar em todos os editais de licitação e contratos diretos sem licitação a exigência de reserva mínima de 5% das vagas de emprego para mulheres na área de construção de obras públicas".

Relator: Deputado Chico Leite

Pela Mensagem nº 183/2011-GAG (fls. 20/21), o Chefe do Poder Executivo comunicou a esta Casa a oposição de **veto total** ao Projeto de Lei nº 192, de 2011, de autoria da Deputada Rejane Pitanga, que "obriga o governo do Distrito Federal a fazer constar em todos os editais de licitação e contratos diretos sem licitação a exigência de reserva mínima de 5% das vagas de emprego para mulheres na área de construção de obras públicas".

Durante sua tramitação, o projeto recebeu alterações, ficando sua redação final aprovada na forma acostada à fl. 16.

Remetido ao Chefe do Poder Executivo, ao projeto foi oposto **veto total** sob o argumento de que a matéria se insere na competência legislativa privativa da União – legislar sobre licitações e contratos administrativos, não havendo lei complementar que autorize o Distrito Federal a legislar supletivamente. Restando, portanto, violação ao art. 22, XXVII e parágrafo único, da Constituição Federal.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
n.º 192/11
11
n.º 23 AD



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
21 03 2012	15h30min	19ª SESSÃO ORDINÁRIA	27

2

Eis as informações que julgamos necessárias à deliberação desta Casa sobre o veto em causa.

Sala das Sessões, em

DEPUTADO

Presidente

DEPUTADO CHICO LEITE

Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PL n.º 192 / 11
Fls. n.º 24 78



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
21 03 2012	15h30min	19ª SESSÃO ORDINÁRIA	28

Em discussão o relatório. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Passa-se à apreciação do veto.

O veto exige, para a sua rejeição, o voto contrário da maioria absoluta dos membros da Casa, em votação pelo processo nominal.

Em votação.

Os Deputados que votarem “sim” estarão aprovando o projeto; os que votarem “não” estarão rejeitando-o.

Solicito ao Sr. Secretário que proceda à chamada nominal dos Deputados.

(Procede-se à votação nominal.)



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
21 03 2012	15h30min	19ª SESSÃO ORDINÁRIA	29



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

DATA 21/03/2012

ASSESSORIA DE PLENÁRIO E DISTRIBUIÇÃO

REGISTRO DE VOTAÇÃO NOMINAL DE VETO

☒ VETO TOTAL ☐ VETO(S) PARCIAL(S) A0(S) :

☐ PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº(S)

☒ PROJETO DE LEI Nº(S) 132/11

Autor: Deputado(a): Rafael Pimenta ☐ Executivo

Relator: Deputado(a): Chico Cent

P/S	NOME DO DEPUTADO(A)	PART	SIM	NÃO	ABST	AUS	OBST.*	DV
	AGACIEL MAIA	PTC				X		
	ARLETE SAMPAIO	PT	X					
	AYLTON GOMES	PR				X		
	BENEDITO DOMINGOS	PP	X					
	CELINA LEÃO	PSD				X		
	CHICO LEITE	PT	X					
	CHICO VIGILANTE	PT	X					
	CLÁUDIO ABRANTES	PPS	X					
	DOUTOR CHARLES	PTB				X		
	DR. MICHEL	PSL				X		
	ELIANA PEDROSA	PSD				X		
	EVANDRO GARLA	PRB				X		
	JOE VALLE	PSB	X					
	LILIANE RORIZ	PSD				X		
	LUZIA DE PAULA	PPS	X					
	OLAIR FRANCISCO	PTdoB				X		
	PAULO RORIZ	DEM				X		
	PROFESSOR ISRAEL BATISTA	PDT	X					
	ROBÉRIO NEGREIROS	PMDB				X		
	RÔNEY NEMER	PMDB	X					
	WASHINGTON MESQUITA	PSD	X					
	WASNY DE ROURE	PT	X					
	SIQUEIRA CAMPOS	PSC	X					
	PATRÍCIO	PT	X					
	TOTAL		13			11		

*(Art.109 parágrafo 8º do RI)

ASSP	SECRETÁRIO DEP. <u>JOE VALLE</u>	ASSP Nº <u>1</u> Fls.º
------	----------------------------------	---------------------------

VOTOS "SIM"	13	VETO MANTIDO	X
VOTOS "NÃO"	-	VETO REJEITADO	
ABSTENÇÃO	-		
AUSÊNCIAS	11		
OBSTRUÇÃO	-		

CONSOLIDADO POR <u>1381</u>	ASSP/ Nº <u>1</u>
ASSINATURA <u>[assinatura]</u>	FOLHA Nº



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
21 03 2012	15h30min	19ª SESSÃO ORDINÁRIA	30

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – A Presidência vai anunciar o resultado da votação: 13 votos favoráveis. Houve 11 ausências.

Fica mantido o veto total ao Projeto de Lei nº 192, de 2011.

A Presidência determinará as providências necessárias para comunicar o resultado ao Sr. Governador do Distrito Federal.

Item nº 6:

Apreciação do veto total ao Projeto de Lei nº 277, de 2011, do Deputado Olair Francisco, que “proíbe no âmbito do Distrito Federal os veículos de comunicação de veicularem propagandas de fins eróticos e outras atividades congêneres”.

Concedo a palavra ao Deputado Chico Leite para emitir o relatório da Comissão de Constituição e Justiça sobre a matéria.

DEPUTADO CHICO LEITE (PT. Para emitir relatório.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, é o seguinte o relatório:



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
21 03 2012	15h30min	19ª SESSÃO ORDINÁRIA	31



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO DEPUTADO CHICO LEITE – PT/DF

RELATÓRIO Nº , DE 2011



Da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
sobre o VETO TOTAL oposto ao Projeto de Lei
nº 277/11, que “proíbe no âmbito do Distrito
Federal os veículos de comunicação de
veicularem propagandas de fins eróticos e
outras atividades congêneres”.

Relator: Deputado Chico Leite

Pela Mensagem nº 187/2011-GAG (fls. 18/19), o Chefe do Poder Executivo comunicou a esta Casa a oposição de **veto total** ao Projeto de Lei nº 277, de 2011, de autoria do Deputado Olair Francisco, que “proíbe no âmbito do Distrito Federal os veículos de comunicação de veicularem propagandas de fins eróticos e outras atividades congêneres”.

Durante sua tramitação, o projeto recebeu pareceres favoráveis da Comissão de Assuntos Sociais (fl. 08) e da Comissão de Constituição e Justiça (fl. 10). Sua redação final ficou na forma acosta à fl. 14.

Remetido ao Chefe do Poder Executivo, ao projeto foi oposto **veto total** sob o argumento de que a matéria se insere na competência privativa da União – legislar sobre propaganda comercial, não havendo lei complementar que autorize legislação supletiva do Distrito Federal sobre o tema. Afirma, portanto, estarem violados o art. 22, XXIX e parágrafo único da Constituição da República, bem como o princípio federativo.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
P.º 277 / 11



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
21 03 2012	15h30min	19ª SESSÃO ORDINÁRIA	32

2

Eis as informações que julgamos necessárias à deliberação desta Casa sobre o veto em causa.

Sala das Sessões, em

DEPUTADO

Presidente

DEPUTADO CHICO LEITE

Relator



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
21 03 2012	15h30min	19ª SESSÃO ORDINÁRIA	33

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – Em discussão o relatório. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Passa-se à apreciação do veto.

O veto exige, para a sua rejeição, o voto contrário da maioria absoluta dos membros da Casa, em votação pelo processo nominal.

Os Deputados que votarem “sim” estarão aprovando o veto; os que votarem “não” estarão rejeitando-o.

Solicito ao Sr. Secretário que proceda à chamada nominal dos Deputados.

(Procede-se à votação nominal.)



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
21 03 2012	15h30min	19ª SESSÃO ORDINÁRIA	34



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

DATA 21/03/2012

ASSESSORIA DE PLÊNÁRIO E DISTRIBUIÇÃO

REGISTRO DE VOTAÇÃO NOMINAL DE VETO

☒ VETO TOTAL ☐ VETO(S) PARCIAL(S) A0(S) : _____

☐ PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº(S) _____

☒ PROJETO DE LEI Nº(S) 277/11

Autor: Deputado(a): Olav Francisco ☐ Executivo

Relator: Deputado(a): Chico Leite

P/S	NOME DO DEPUTADO(A)	PART	SIM	NÃO	ABST	AUS	OBST.*	DV
	AGACIEL MAIA	PTC	X					
	ARLETE SAMPAIO	PT	X					
	AYLTON GOMES	PR	-			X		
	BENEDITO DOMINGOS	PP	X					
	CELINA LEÃO	PSD	X				X	
	CHICO LEITE	PT	X					
	CHICO VIGILANTE	PT	X					
	CLÁUDIO ABRANTES	PPS	X					
	DOUTOR CHARLES	PTB	-			X		
	DR. MICHEL	PSL	X					
	ELIANA PEDROSA	PSD	-			X		
	EVANDRO GARLA	PRB	-			X		
	JOE VALLE	PSB	X					
	LILIANE RORIZ	PSD	-			X		
	LUZIA DE PAULA	PPS	X					
	OLAIR FRANCISCO	PTdoB	-			X		
	PAULO RORIZ	DEM	-			X		
	PROFESSOR ISRAEL BATISTA	PDT	X					
	ROBÉRIO NEGREIROS	PMDB	-			X		
	RÔNEY NEMER	PMDB	X					
	WASHINGTON MESQUITA	PSD	X					
	WASNY DE ROURE	PT	X					
	SIQUEIRA CAMPOS	PSC	X					
	PATRÍCIO	PT	X					
	TOTAL		15			08	01	

*(Art.109 parágrafo 8º do RI)

ASSP	SECRETÁRIO DEP. <u>JOE VALLE</u>	ASSP Nº <u>1</u> Fls.º
------	----------------------------------	------------------------------

VOTOS "SIM"	15	VETO MANTIDO	X
VOTOS "NÃO"	-	VETO REJEITADO	
ABSTENÇÃO	-		
AUSÊNCIAS	08		
OBSTRUÇÃO	01		

CONSOLIDADO POR <u>1384</u>	ASSP/ Nº <u>1</u>
ASSINATURA <u>Chico Leite</u>	FOLHA Nº
MAT.	



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
21 03 2012	15h30min	19ª SESSÃO ORDINÁRIA	35

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – A Presidência vai anunciar o resultado da votação: 15 votos favoráveis e 1 obstrução. Houve 8 ausências

Total de votantes: 15.

Fica mantido o veto total ao Projeto de Lei nº 277, de 2011.

A Presidência determinará as providências necessárias para comunicar o resultado ao Sr. Governador do Distrito Federal.

Item nº 7:

Apreciação do veto total ao Projeto de Lei nº 304, de 2011, da Deputada Eliana Pedrosa, que “dispõe sobre a obrigatoriedade de inscrição no cadastro fiscal do Distrito Federal de empresas prestadoras de serviços na forma que especifica”.

Concedo a palavra ao Deputado Chico Leite para emitir o relatório da Comissão de Constituição e Justiça sobre a matéria.

DEPUTADO CHICO LEITE (PT. Para emitir relatório.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, é o seguinte o relatório:



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
21 03 2012	15h30min	19ª SESSÃO ORDINÁRIA	36



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO DEPUTADO CHICO LEITE – PT/DF

RELATÓRIO Nº , DE 2011

Da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
sobre o VETO TOTAL oposto ao Projeto de Lei
nº 304/11, que “dispõe sobre a
obrigatoriedade de inscrição no cadastro fiscal
do Distrito Federal de empresas prestadoras
de serviços na forma que especifica”.

Relator: Deputado Chico Leite

Pela Mensagem nº 186/2011-GAG (fls. 14/17), o Chefe do Poder Executivo comunicou a esta Casa a oposição de **veto total** ao Projeto de Lei nº 304, de 2011, de autoria da Deputada Eliana Pedrosa, que “dispõe sobre a obrigatoriedade de inscrição no cadastro fiscal do Distrito Federal de empresas prestadoras de serviços na forma que especifica”.

Durante sua tramitação, o projeto recebeu pareceres favoráveis da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças (fl. 03) e da Comissão de Constituição e Justiça (fl. 06). Sua redação final ficou na forma acostada à fl. 09.

Remetido ao Chefe do Poder Executivo, ao projeto foi oposto **veto total** sob o argumento de que o PL 304/2011, além de ferir a Lei do ISS ao permitir que contribuintes de ISS prestem serviços no Distrito Federal por até 90 dias sem a obrigatoriedade no Cadastro Fiscal local, concede tratamento privilegiado a empresas de outras unidades federadas em detrimento de empresas estabelecidas no Distrito Federal, o que contrariaria o princípio constitucional da isonomia tributária, insculpido no art. 150, III da Carta Maior.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PL n.º 304/11
19/03/12



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
21 03 2012	15h30min	19ª SESSÃO ORDINÁRIA	37

2

Acrescenta ainda que, ao transformar obrigação tributária em mera faculdade, a proposição retira da Fazenda Distrital um importante instrumento de controle dos contribuintes de ISS, o que dificultaria a fiscalização e facilitaria a evasão fiscal, mostrando-se, por isso, contrário ao interesse público.

Eis as informações que julgamos necessárias à deliberação desta Casa sobre o veto em causa.

Sala das Sessões, em

DEPUTADO

Presidente

DEPUTADO CHICO LEITE

Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PL n.º 306 / 11
Fls. n.º 20 M3



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
21 03 2012	15h30min	19ª SESSÃO ORDINÁRIA	38

DEPUTADO WASNY DE ROURE – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO WASNY DE ROURE (PT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, a despeito do brilhante relatório do Deputado Chico Leite, tanto eu quanto o Deputado Chico Vigilante queremos dizer que essa matéria trata da questão do recolhimento de tributo, aqui em Brasília, de empresas prestadoras de serviço que vêm a nossa cidade, não recolhem o tributo aqui, e nem sempre recolhem na cidade de origem. Há o entendimento a respeito disso já na Secretaria da Fazenda, se iríamos aproveitar este projeto ou se seria construído um projeto coletivo.

Portanto, peço a V.Exa., em respeito às tratativas com a Deputada Eliana Pedrosa, que nós posterguemos para uma próxima sessão e possamos ir ao item nº 8. Que não votemos este item.

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – Deputado Wasny de Roure, acato a questão de V.Exa., apesar de o Deputado Chico Leite ter proferido o relatório pela Comissão de Constituição e Justiça.

Peço desculpas a V.Exa., Deputado Chico Leite, pelo inconveniente, mas acatamos a questão de ordem do Deputado Wasny de Roure.

Passaremos ao próximo item.

Item nº 8:

Apreciação do veto total ao Projeto de Lei nº 315, de 2011, do Deputado Raad Massouh, que “dispõe sobre a obrigatoriedade de instalação de aparelhos climatizadores e umidificadores evaporativos nos estabelecimentos comerciais e industriais que especifica e dá outras providências”.

Concedo a palavra ao Deputado Chico Leite para emitir o relatório da Comissão de Constituição e Justiça.

DEPUTADO CHICO LEITE (PT. Para emitir relatório.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, é o seguinte o relatório:



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
21 03 2012	15h30min	19ª SESSÃO ORDINÁRIA	39



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO DEPUTADO CHICO LEITE – PT/DF

RELATÓRIO Nº , DE 2011

Da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
sobre o VETO TOTAL oposto ao Projeto de Lei
nº 315/11, que “dispõe sobre a
obrigatoriedade de instalação de aparelhos
climatizadores e umidificadores evaporativos
nos estabelecimentos comerciais e industriais
que especifica e dá outras providências”.

Relator: Deputado Chico Leite

Pela Mensagem nº 184/2011-GAG (fls. 24/25), o Chefe do Poder Executivo comunicou a esta Casa a oposição de **veto total** ao Projeto de Lei nº 315, de 2011, de autoria do Deputado Raad Massouh, que “dispõe sobre a obrigatoriedade de instalação de aparelhos climatizadores e umidificadores evaporativos nos estabelecimentos comerciais e industriais que especifica e dá outras providências”.

Em plenário, o projeto recebeu pareceres favoráveis da Comissão de Assuntos Fundiários (fl. 09), da Comissão de Educação e Saúde (fl. 11) e da Comissão de Constituição e Justiça (fl. 13). Sua redação final ficou na forma acostada às fls. 18/19.

Remetido ao Chefe do Poder Executivo, ao projeto foi oposto **veto total** sob o argumento que a Lei de Responsabilidade Fiscal, em seus arts. 15 e 16, desautoriza a criação de custos que não se encontrem devidamente acompanhados de declaração do ordenador de despesa garantindo sua adequação orçamentária, exigindo, ademais, estimativa de impacto econômico-financeiro do dispêndio

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PC nº 315/11
Fls. nº 27/28



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
21 03 2012	15h30min	19ª SESSÃO ORDINÁRIA	40

2

relativamente ao exercício em que deva entrar em vigor e nos dois subseqüentes, requisitos alegadamente não cumpridos pela proposição vetada.

Eis as informações que julgamos necessárias à deliberação desta Casa sobre o veto em causa.

Sala das Sessões, em

DEPUTADO

Presidente

DEPUTADO CHICO LEITE

Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PL n.º 315 / 11

Fls. n.º 2848



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
21 03 2012	15h30min	19ª SESSÃO ORDINÁRIA	41

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – Em discussão o relatório. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Passa-se à apreciação do veto.

O veto exige, para a sua rejeição, o voto contrário da maioria absoluta dos membros da Casa, em votação pelo processo nominal.

Os Deputados que votarem “sim” estarão aprovando o veto; os que votarem “não” estarão rejeitando-o.

Solicito ao Sr. Secretário que proceda à chamada nominal dos Deputados.

(Procede-se à votação nominal.)



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
21 03 2012	15h30min	19ª SESSÃO ORDINÁRIA	42



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

DATA 21/03/2012

ASSESSORIA DE PLENÁRIO E DISTRIBUIÇÃO

REGISTRO DE VOTAÇÃO NOMINAL DE VETO

☒ VETO TOTAL ☐ VETO(S) PARCIAL(S) A0(S):

☐ PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº(S)

☒ PROJETO DE LEI Nº(S) 315/11

Autor: Deputado(a): Raad Massouh

☐ Executivo

Relator: Deputado(a): Elmes Leite

P/S	NOME DO DEPUTADO(A)	PART	SIM	NÃO	ABST	AUS	OBST.*	DV
	AGACIEL MAIA	PTC	X					
	ARLETE SAMPAIO	PT	X					
	AYLTON GOMES	PR				X		
	BENEDITO DOMINGOS	PP	X					
	CELINA LEÃO	PSD					X	
	CHICO LEITE	PT	X					
	CHICO VIGILANTE	PT	X					
	CLÁUDIO ABRANTES	PPS	X					
	DOUTOR CHARLES	PTB				X		
	DR. MICHEL	PSL	X					
	ELIANA PEDROSA	PSD				X		
	EVANDRO GARLA	PRB				X		
	JOE VALLE	PSB	X					
	LILIANE RORIZ	PSD				X		
	LUZIA DE PAULA	PPS	X					
	OLAIR FRANCISCO	PTdoB				X		
	PAULO RORIZ	DEM				X		
	PROFESSOR ISRAEL BATISTA	PDT	X					
	ROBÉRIO NEGREIROS	PMDB				X		
	RÔNEY NEMER	PMDB	X					
	WASHINGTON MESQUITA	PSD	X					
	WASNY DE ROURE	PT	X					
	SIQUEIRA CAMPOS	PSC	X					
	PATRÍCIO	PT	X					
	TOTAL		15			8	4	

*(Art.109 parágrafo 8º do RI)

ASSP	SECRETÁRIO DEP. JOE VALLE	ASSP Nº 1 Fls.º
------	---------------------------	-----------------------

VOTOS "SIM"	15	VETO MANTIDO	X
VOTOS "NÃO"	-	VETO REJEITADO	
ABSTENÇÃO	-		
AUSÊNCIAS	08		
OBSTRUÇÃO	01		

CONSOLIDADO POR ASSINATURA PAULO	1384 MAT.	ASSP/ Nº 1 FOLHA Nº
-------------------------------------	--------------	------------------------



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
21 03 2012	15h30min	19ª SESSÃO ORDINÁRIA	43

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – A Presidência vai anunciar o resultado da votação: 15 votos favoráveis e 1 obstrução. Houve 8 ausências.

Total de votantes: 15.

Fica mantido o veto.

A Presidência determinará as providências necessárias para comunicar o resultado ao Sr. Governador do Distrito Federal.

Item nº 9:

Apreciação do veto total ao Projeto de Lei nº 174, de 2011, do Deputado Professor Israel Batista, que “estabelece a obrigatoriedade de a Secretaria de Estado de Educação informar, quando da nomeação do professor substituto no Diário Oficial do Distrito Federal, o nome completo e a matrícula do professor efetivo ora substituído e dá outras providências”.

Concedo a palavra ao Deputado Chico Leite, para emitir o relatório da Comissão de Constituição e Justiça sobre a matéria.

DEPUTADO CHICO LEITE (PT. Para emitir relatório.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, é o seguinte o relatório:



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
21 03 2012	15h30min	19ª SESSÃO ORDINÁRIA	44



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO DEPUTADO CHICO LEITE – PT/DF

RELATÓRIO Nº , DE 2011

Da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA sobre o VETO TOTAL oposto ao Projeto de Lei nº 174/11, que “estabelece a obrigatoriedade de a Secretaria de Estado de Educação informar, quando da nomeação do professor substituto no Diário Oficial do Distrito Federal, o nome completo e a matrícula do professor efetivo ora substituído e dá outras providências”.

Relator: Deputado Chico Leite

Pela Mensagem nº 224/2011-GAG (fls. 22/23), o Chefe do Poder Executivo comunicou a esta Casa a oposição de **veto total** ao Projeto de Lei nº 174, de 2011, de autoria do Deputado Prof. Israel Batista, que “estabelece a obrigatoriedade de a Secretaria de Estado de Educação informar, quando da nomeação do professor substituto no Diário Oficial do Distrito Federal, o nome completo e a matrícula do professor efetivo ora substituído e dá outras providências”.

Durante sua tramitação, o projeto recebeu alterações, ficando sua redação final aprovada na forma acostada à fl. 18.

Remetido ao Chefe do Poder Executivo, ao projeto foi oposto **veto total** sob o argumento de que a matéria se insere na competência privativa do Chefe do Poder Executivo para legislar privativamente sobre as atribuições das

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PL n.º 174/11
EL. n.º 25



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
21 03 2012	15h30min	19ª SESSÃO ORDINÁRIA	45

2

Secretarias de Estado, nos termos do art. 71, § 1º, inciso IV, bem como art. 100, inciso X, ambos da Lei Orgânica do Distrito Federal.

Eis as informações que julgamos necessárias à deliberação desta Casa sobre o veto em causa.

Sala das Sessões, em

DEPUTADO

Presidente

DEPUTADO CHICO LEITE

Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PL n.º 176 / 11

Fls. n.º 26 218



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
21 03 2012	15h30min	19ª SESSÃO ORDINÁRIA	46

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – Em discussão o relatório. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Passa-se à apreciação do veto.

O veto exige, para a sua rejeição, o voto contrário da maioria absoluta dos membros da Casa, em votação pelo processo nominal.

Os Deputados que votarem “sim” estarão aprovando o veto; os que votarem “não” estarão rejeitando-o.

Solicito ao Sr. Secretário que proceda à chamada nominal dos Deputados.

(Procede-se à votação nominal.)



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
21 03 2012	15h30min	19ª SESSÃO ORDINÁRIA	47



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

DATA 21/03/2012

ASSESSORIA DE PLÊNÁRIO E DISTRIBUIÇÃO

REGISTRO DE VOTAÇÃO NOMINAL DE VETO

☒ VETO TOTAL ☐ VETO(S) PARCIAL(S) A0(S) :

☐ PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº(S)

☒ PROJETO DE LEI Nº(S) 174/11

Autor: Deputado(a): Prof. Israel Batista ☐ Executivo

Relator: Deputado(a): Chico Leite

P/S	NOME DO DEPUTADO(A)	PART	SIM	NÃO	ABST	AUS	OBST.*	DV
	AGACIEL MAIA	PTC	X					
	ARLETE SAMPAIO	PT	X					
	AYLTON GOMES	PR				X		
	BENEDITO DOMINGOS	PP	X					
	CELINA LEÃO	PSD					X	
	CHICO LEITE	PT				X		
	CHICO VIGILANTE	PT	X					
	CLÁUDIO ABRANTES	PPS	X					
	DOUTOR CHARLES	PTB				X		
	DR. MICHEL	PSL	X					
	ELIANA PEDROSA	PSD				X		
	EVANDRO GARLA	PRB				X		
	JOE VALLE	PSB	X					
	LILIANE RORIZ	PSD				X		
	LUZIA DE PAULA	PPS	X					
	OLAIR FRANCISCO	PTdoB				X		
	PAULO RORIZ	DEM				X		
	PROFESSOR ISRAEL BATISTA	PDT	X					
	ROBÉRIO NEGREIROS	PMDB				X		
	RÔNEY NEMER	PMDB	X					
	WASHINGTON MESQUITA	PSD	X					
	WASNY DE ROURE	PT	X					
	SIQUEIRA CAMPOS	PSC	X					
	PATRÍCIO	PT	X					
	TOTAL		14			9	1	

*(Art.109 parágrafo 8º do RI)

ASSP	SECRETÁRIO DEP. JOE VALLE	ASSP Nº 1 Fls.º
------	---------------------------	-----------------------

VOTOS "SIM"	14	VETO MANTIDO	X
VOTOS "NÃO"	-	VETO REJEITADO	
ABSTENÇÃO	-		
AUSÊNCIAS	09		
OBSTRUÇÃO	01		

CONSOLIDADO POR	ASSP/ Nº /
ASSINATURA	FOLHA Nº



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
21 03 2012	15h30min	19ª SESSÃO ORDINÁRIA	48

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – A Presidência vai anunciar o resultado da votação: 14 votos favoráveis, 9 ausências e 1 obstrução.

Total de votantes: 14.

Fica mantido o veto.

A Presidência determinará as providências necessárias para comunicar o resultado ao Sr. Governador do Distrito Federal.

Concedo a palavra ao Deputado Prof. Israel Batista para declaração de voto.

DEPUTADO PROF. ISRAEL BATISTA (PDT. Para declaração de voto. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, esse acordo sobre a manutenção do veto só foi possível graças a um entendimento com o Poder Executivo. Essa é uma forma muito correta de se tratar o Poder Legislativo: quando o Governador vai vetar um dos nossos projetos, conversa conosco e tenta chegar a acordos. Isso é muito bom.

Esse projeto visa a moralizar a contratação de professores temporários, que hoje, em vez de substituir professores que estão afastados por motivos explicitados na lei, acaba permitindo que professores não concursados ocupem as vagas de professores concursados com precariedade do seu trabalho. Então, o projeto visa a esclarecer a forma de contratação de temporários e moralizar isso que é um problema que já afeta o Distrito Federal há mais de vinte anos. Agora, em vez de a publicação ser feita pelo Diário Oficial, nós fizemos um acordo de que ela será feita por meios eletrônicos, pela internet.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – Obrigado, Deputado Prof. Israel Batista.

Item nº 10:

Apreciação do veto total ao Projeto de Lei nº 55, de 2011, de autoria da Deputada Eliana Pedrosa, que “dispõe sobre o controle das despesas decorrentes dos contratos e demais instrumentos regidos pela Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993”.

DEPUTADO WASNY DE ROURE – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO WASNY DE ROURE (PT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, para nós que participamos do entendimento, há acordo pela manutenção do veto. Entretanto, em respeito à Deputada Eliana Pedrosa, que nesse momento está acompanhando o tratamento de sua mãe, eu pediria que V.Exa. não colocasse em apreciação porque S.Exa. mesma pediu, já que não concordou com o nosso entendimento. Eu não quero, num momento delicado que S.Exa. está passando, utilizar dessas prerrogativas para atropelá-la. O bom entendimento deve ser um norteador nesta Casa. Mas faço questão de notificar neste microfone para que fique claro; então, não levemos à apreciação este veto e passemos ao item seguinte.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
21 03 2012	15h30min	19ª SESSÃO ORDINÁRIA	49

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – Acato a solicitação de V.Exa. Passamos ao próximo item.

Item nº 11:

Apreciação do veto total ao Projeto de Lei nº 372, de 2011, de autoria do Deputado Professor Israel Batista, que “altera a Lei nº 4.159, de 13 de junho de 2008, facultando aos participantes do Programa Nota Legal o recebimento dos créditos por meio de depósito dos valores em conta corrente ou poupança mantida em instituição do Sistema Financeiro Nacional, indicada pelo beneficiário”.

Não há acordo, então vamos abrir mão da votação do item nº 11.

Passaremos aos projetos de Parlamentares, pulando os vetos e entrando, na Ordem do Dia, nos projetos de Parlamentares para votação em primeiro turno.

DEPUTADO WASNY DE ROURE – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO WASNY DE ROURE (PT. Sem revisão do orador.) – Os itens 18 e 20 são matérias que já perderam o objeto, portanto, manter o veto apenas os retiraria desta pauta. São dois projetos de crédito adicional do ano passado, o Orçamento já encerrou. Apreciá-los apenas desobstruiria a pauta da Casa, então creio que poderíamos votar sem maiores problemas.

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – Os Líderes concordam? Os itens 18 e 20, projetos do Poder Executivo, são vetos a créditos adicionais à Lei Orçamentária Anual do Distrito Federal. Os itens já perderam o objeto. (Pausa.)

Item nº 18:

Apreciação do veto parcial ao Projeto de Lei nº 574, de 2011, de autoria do Poder Executivo, que “abre crédito adicional à Lei Orçamentária Anual do Distrito Federal, no valor de R\$20.032.694,00 (vinte milhões, trinta e dois mil, seiscentos e noventa e quatro reais)”.

Concedo a palavra ao Deputado Joe Valle para emitir o relatório da Comissão de Constituição e Justiça sobre a matéria.

DEPUTADO JOE VALLE (PSB. Para emitir relatório.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, é o seguinte o relatório:



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
21 03 2012	15h30min	19ª SESSÃO ORDINÁRIA	50



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO DEPUTADO CHICO LEITE – PT/DF

RELATÓRIO Nº , DE 2011

Da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA sobre o VETO PARCIAL oposto ao Projeto de Lei nº 574/11, que *abre crédito adicional à lei orçamentária anual do Distrito Federal, no valor de R\$ 20.032.694,00 (vinte milhões, trinta e dois mil, seiscentos e noventa e quatro reais).*

JOE VALE
Relator: Deputado Chico Leite

Pela Mensagem nº 297/2011-GAG (fls. 284/285), o Chefe do Poder Executivo comunicou a esta Casa a oposição de **veto parcial** ao Projeto de Lei nº 574, de 2011, de autoria do Poder Executivo, que abre crédito adicional à lei orçamentária anual do Distrito Federal, no valor de R\$ 20.032.694,00 (vinte milhões, trinta e dois mil, seiscentos e noventa e quatro reais).

Durante sua tramitação, o Projeto recebeu 26 emendas aditivas e 1 emenda modificativa, perfazendo o valor de R\$ 28.334.693,00. Após as modificações, a redação final ficou na forma acostada às fls. 139/190.

Remetido ao Chefe do Poder Executivo, ao projeto foi oposto veto parcial, especificamente quanto ao conteúdo das emendas parlamentares aditivas de números 13 e 14, no valor total de R\$ 400.000,00.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
21 03 2012	15h30min	19ª SESSÃO ORDINÁRIA	51

2

A emenda aditiva de plenário nº 13, de autoria do Deputado Wellington Luiz, pretendia criar o Programa de Trabalho "Apoio à Realização da Feira de Literatura, Arte e Cultura de Taguatinga – FLACT", na U.O. Administração de Taguatinga. Todavia, utilizou a natureza de despesa 44.90.51 (execução de obras), o que, segundo a mensagem de veto, é incompatível com a ação do tipo Atividade conforme o Decreto 32.017/2010, tendo sido, por essa razão, vetada.

A emenda aditiva de plenário nº 14, também de autoria do Deputado Wellington Luiz, intentava criar o Programa de Trabalho "Implantação de Sistema de Abastecimento de Água no Núcleo Rural Boa Esperança, Trechos 2 e 3", na Companhia de Saneamento Ambiental do Distrito Federal – CAESB/DF. Entretanto, segundo a mensagem de veto, a emenda incide na vedação de transferência de recursos do Orçamento Fiscal para empresas integrantes do Orçamento de Investimento, fixada tanto no art. 151, VIII, da LODF, como nos arts. 26 da Lei Complementar 101/00 (LRF) e 19 da Lei 4.320/64. Ademais, também segundo a mensagem, a Portaria Interministerial nº 163/2011 não prevê modalidade de aplicação específica para essa transferência que não seja por meio de participação acionária (natureza 45.90.65).

Eis as informações que julgamos necessárias à deliberação desta Casa sobre o veto parcial em causa.

Sala das Sessões, em

DEPUTADO
Presidente

DEPUTADO CHICO LEITE
Relator

Handwritten signature
RELATOR
COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PL nº 574 / 11
Fls. nº 397 - 8



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
21 03 2012	15h30min	19ª SESSÃO ORDINÁRIA	52

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – Deputado Wasny de Roure, há acordo para votar em bloco os vetos parciais ao anexo 10, às Emendas nº 13 e 14 ao Projeto de Lei nº 574, de 2011, cujo relatório acabou de ser proferido pelo Deputado Joe Valle, pela Comissão de Constituição e Justiça?

DEPUTADO WASNY DE ROURE – Sr. Presidente, a matéria é vencida e não há dificuldade, pois os Deputados têm essa compreensão tanto em relação ao item nº 18, quanto ao item nº 20.

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – Em discussão o relatório. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Passa-se à apreciação do veto.

O veto exige, para a sua rejeição, o voto contrário da maioria absoluta dos membros da Casa, em votação pelo processo nominal.

Os Deputados que votarem “sim” estarão aprovando o veto; os que votarem “não” estarão rejeitando-o.

Solicito ao Sr. Secretário que proceda à chamada nominal dos Deputados.

(Procede-se à votação nominal.)



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
21 03 2012	15h30min	19ª SESSÃO ORDINÁRIA	53



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

DATA 21/03/2012

ASSESSORIA DE PLENÁRIO E DISTRIBUIÇÃO

REGISTRO DE VOTAÇÃO NOMINAL DE VETO

☐ VETO TOTAL ☒ VETO(S) PARCIAL(S) A0(S): Anexo X referente às emendas nºs 13 e 14

☐ PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº(S)

☒ PROJETO DE LEI Nº(S) 574/11

Autor: Deputado(a):

☒ Executivo

Relator: Deputado(a): João Valle

P/S	NOME DO DEPUTADO(A)	PART	SIM	NÃO	ABST	AUS	OBST.*	DV
	AGACIEL MAIA	PTC	X					
	ARLETE SAMPAIO	PT	X					
	AYLTON GOMES	PR				X		
	BENEDITO DOMINGOS	PP	X					
	CELINA LEÃO	PSD					X	
	CHICO LEITE	PT				X		
	CHICO VIGILANTE	PT	X					
	CLÁUDIO ABRANTES	PPS	X					
	DOUTOR CHARLES	PTB				X		
	DR. MICHEL	PSL	X					
	ELIANA PEDROSA	PSD				X		
	EVANDRO GARLA	PRB	X					
	JOE VALLE	PSB	X					
	LILIANE RORIZ	PSD				X		
	LUZIA DE PAULA	PPS	X					
	OLAIR FRANCISCO	PTdoB				X		
	PAULO RORIZ	DEM				X		
	PROFESSOR ISRAEL BATISTA	PDT	X					
	ROBÉRIO NEGREIROS	PMDB				X		
	RONEY NEMER	PMDB	X					
	WASHINGTON MESQUITA	PSD				X		
	WASNY DE ROURE	PT	X					
	SIQUEIRA CAMPOS	PSC	X					
	PATRÍCIO	PT	X					
	TOTAL		14			9	1	

*(Art.109 parágrafo 8º do RI)

ASSP	SECRETÁRIO DEP. <u>JOÃO VALLE</u>	ASSP Nº <u>1</u> Fls.º
------	-----------------------------------	---------------------------

VOTOS "SIM"	14	VETO MANTIDO	X
VOTOS "NÃO"	-	VETO REJEITADO	
ABSTENÇÃO	-		
AUSÊNCIAS	09		
OBSTRUÇÃO	01		

CONSOLIDADO POR <u>M. Melo</u>	ASSP/ Nº <u>1</u>
ASSINATURA <u>1387</u>	FOLHA Nº
MAT.	



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
21 03 2012	15h30min	19ª SESSÃO ORDINÁRIA	54

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – A Presidência vai anunciar o resultado da votação: 14 votos favoráveis. Houve 9 ausências e 1 obstrução.

Total de votantes: 14.

Fica mantido o veto parcial às Emendas nº 13 e 14 do Projeto de Lei nº 574, de 2011, de autoria do Poder Executivo.

A Presidência determinará as providências necessárias para comunicar o resultado ao Sr. Governador do Distrito Federal.

DEPUTADO RÔNEY NEMER – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO RÔNEY NEMER (PMDB. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, em nome da Comissão de Meio Ambiente, eu gostaria de colocar que amanhã teremos uma comissão geral. Amanhã, dia 22 de março, é celebrado o Dia Mundial da Água, e o Governo do Distrito Federal, por meio da Secretaria de Meio Ambiente e Recursos Hídricos e do Instituto Brasília Ambiental, comemoram a data fomentando as discussões e reflexões sobre a importância e a conservação dos recursos hídricos e da segurança alimentar. Amanhã acontecerão as comemorações no Parque Ecológico Olhos D'Água. Dessa forma, gostaria de convidar todos que quiserem a participar da comemoração do Dia Mundial da Água, amanhã, no Parque Olhos d'Água, na EQN 212/213, a partir das 9h da manhã.

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – Item nº 20:

Apreciação do Veto parcial ao Projeto de Lei nº 513, de 2011, de autoria do Poder Executivo, que “abre crédito adicional à lei orçamentária anual do Distrito Federal, no valor de R\$11.995.000,00 (onze milhões, novecentos e noventa e cinco mil reais)”.

Esta Presidência consulta o Líder do Governo, Deputado Wasny de Roure, se há acordo para votar em bloco os vetos parciais aos anexos segundo e quarto, às emendas nº 5, 7, 11 e 19 do Projeto de Lei 513, de 2011.

DEPUTADO WASNY DE ROURE – Sr. Presidente, eu já conversei com os Deputados, e há o entendimento de que a matéria é vencida, e, portanto, não há dificuldade para manutenção do veto.

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – Solicito ao Deputado Joe Valle que emita o parecer da Comissão de Constituição e Justiça sobre a matéria.

DEPUTADO JOE VALLE (PSB. Para emitir parecer.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, é o seguinte o relatório:



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
21 03 2012	15h30min	19ª SESSÃO ORDINÁRIA	55

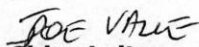


CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO DEPUTADO CHICO LEITE – PT/DF

RELATÓRIO Nº , DE 2011

Da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA sobre o VETO PARCIAL oposto ao Projeto de Lei nº 513/11, que *abre crédito adicional à lei orçamentária anual do Distrito Federal, no valor de R\$ 11.995.000,00 (onze milhões, novecentos e noventa e cinco mil reais).*

Relator: Deputado  Chico Leite

Pela Mensagem nº 338/2011-GAG (fls. 179/181), o Chefe do Poder Executivo em exercício comunicou a esta Casa a oposição de **veto parcial** ao Projeto de Lei n.º 513, de 2011, de autoria do Poder Executivo, que abre crédito adicional à lei orçamentária anual do Distrito Federal, no valor de R\$ 11.995.000,00 (onze milhões, novecentos e noventa e cinco mil reais).

Durante sua tramitação, o Projeto recebeu 17 emendas de parlamentares, todas aprovadas. Após as modificações, a redação final ficou na forma acostada às fls. 93/118, com a errata publicada à fl. 157.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PL nº 513, 2011
Fls. nº 231-248



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
21 03 2012	15h30min	19ª SESSÃO ORDINÁRIA	56

2

Remetido ao Chefe do Poder Executivo, ao projeto foi oposto veto parcial, especificamente quanto ao conteúdo das emendas parlamentares de números 05, 07, 11 e 19.

A emenda aditiva nº 05, do Deputado Agaciel Maia, pretendia remanejar recursos para o programa "Colônia de Férias", constante na UO Administração Regional do Riacho Fundo II. Entretanto, segundo a mensagem, não há saldo disponível no subtítulo indicado para cancelamento, tendo sido, por essa razão, a emenda vetada.

O mesmo se deu em relação à emenda aditiva nº 07, também de autoria do Deputado Agaciel Maia, que objetivava remanejar recursos para criação do programa de trabalho "Promoção de eventos culturais no Condomínio Porto Rico em Santa Maria", na UO 16101 – Secretaria de Cultura, cujo veto também é embasado em alegada indicação de fonte de cancelamento com saldo insuficiente.

A emenda aditiva nº 11, de autoria do Deputado Chico Leite, que pretendia remanejar recursos para o programa de trabalho "Apoio às Atividades da UECDAC – União Educativa, Cultural, Desportiva, Assistencial e Cidadania de Samambaia", na UO 11114 – Administração Regional de Samambaia, foi vetada pelo fato de, segundo a mensagem do Executivo, indicar fontes de cancelamento com saldo insuficiente.

A mensagem do Executivo indica o Deputado Chico Leite como autor da emenda aditiva nº 19, que, em realidade, foi proposta pelo Deputado Benício Tavares e intencionava remanejar recursos orçamentários para o programa de trabalho "Apoio à realização do Show de Natal", na UO 27101 – Secretaria de Turismo. Essa emenda também foi vetada devido à alegação de indicação de fonte de cancelamento sem saldo.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PL nº 513, 2011
Fls. nº 235 M8



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
21 03 2012	15h30min	19ª SESSÃO ORDINÁRIA	57

3

Eis as informações que julgamos necessárias à deliberação desta Casa sobre o veto em causa.

Sala das Sessões, em

DEPUTADO

Presidente

DEPUTADO CHICO LEITE

Relator

Relator
RELATOR

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PL nº 513, 2011

Fp. nº 239 178



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
21 03 2012	15h30min	19ª SESSÃO ORDINÁRIA	58

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – Em discussão o relatório. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Passa-se à apreciação do veto.

O veto exige, para a sua rejeição, o voto contrário da maioria absoluta dos membros da Casa, em votação pelo processo nominal.

Os Deputados que votarem “sim” estarão aprovando o veto; os que votarem “não” estarão rejeitando-o.

Solicito ao Sr. Secretário que proceda à chamada nominal dos Deputados.

(Procede-se à votação nominal.)



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
21 03 2012	15h30min	19ª SESSÃO ORDINÁRIA	59



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

DATA 21 03 /2012

ASSESSORIA DE PLÊNÁRIO E DISTRIBUIÇÃO

REGISTRO DE VOTAÇÃO NOMINAL DE VETO

☐ VETO TOTAL ☒ VETO(S) PARCIAL(S) A0(S): parte dos Anexos II e IV referente as emendas nºs 05, 07, 11 e 19

☐ PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº(S) _____

☒ PROJETO DE LEI Nº(S) 513/11

Autor: Deputado(a): _____

☒ Executivo

Relator: Deputado(a): Joe Valle

P/S	NOME DO DEPUTADO(A)	PART	SIM	NÃO	ABST	AUS	OBST.*	DV
	AGACIEL MAIA	PTC	X					
	ARLETE SAMPAIO	PT	X					
	AYLTON GOMES	PR	-			X		
	BENEDITO DOMINGOS	PP	X					
	CELINA LEÃO	PSD	-				X	
	CHICO LEITE	PT	-			X		
	CHICO VIGILANTE	PT	X					
	CLÁUDIO ABRANTES	PPS	X					
	DOUTOR CHARLES	PTB	-			X		
	DR. MICHEL	PSL	X					
	ELIANA PEDROSA	PSD	-			X		
	EVANDRO GARLA	PRB	X					
	JOE VALLE	PSB	X					
	LILIANE RORIZ	PSD	-			X		
	LUZIA DE PAULA	PPS	X					
	OLAIR FRANCISCO	PTdoB	-			X		
	PAULO RORIZ	DEM	-			X		
	PROFESSOR ISRAEL BATISTA	PDT	X					
	ROBÉRIO NEGREIROS	PMDB	-			X		
	RÔNEY NEMER	PMDB	X					
	WASHINGTON MESQUITA	PSD	-			X		
	WASNY DE ROURE	PT	X					
	SIQUEIRA CAMPOS	PSC	X					
	PATRÍCIO	PT	X					
	TOTAL		14			09	01	

*(Art.109 parágrafo 8º do RI)

ASSP	SECRETÁRIO DEP. <u>JOE VALLE</u>	ASSP Nº <u>1</u> Fls.º
------	----------------------------------	---------------------------

VOTOS "SIM"	14	VETO MANTIDO	X
VOTOS "NÃO"	-	VETO REJEITADO	
ABSTENÇÃO	-		
AUSÊNCIAS	09		
OBSTRUÇÃO	01		

CONSOLIDADO POR <u>Maub</u>	ASSP/ Nº <u>1</u>
ASSINATURA <u>Maub</u>	FOLHA Nº
MAT. <u>1384</u>	



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
21 03 2012	15h30min	19ª SESSÃO ORDINÁRIA	60

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – A Presidência vai anunciar o resultado da votação: 14 votos favoráveis, 9 ausências e 1 obstrução

Total de votantes: 14.

Ficam mantidos os vetos parciais ao Projeto de Lei nº 513, de 2011.

A Presidência determinará as providências necessárias para comunicar o resultado ao Sr. Governador do Distrito Federal.

DEPUTADO WASNY DE ROURE – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO WASNY DE ROURE (PT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, o item nº 17 também é matéria vencida, assim como o item nº 33 e item nº 34. Todas são matérias de natureza orçamentária e que, em função de o Orçamento de 2011 já ter sido concluído, não há mais nenhuma dificuldade. Os colegas Deputados entendem isso. Se pudéssemos apreciá-los, limparíamos bastante a pauta.

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – Se os Deputados concordarem, nós entramos na votação dos três itens solicitados pelo Líder do Governo.

Deputado Dr. Michel, V.Exa. pode auxiliar também nos trabalhos daqui da Mesa?

DEPUTADO DR. MICHEL – Se V.Exa. ordenar, estarei aí assim que V.Exa. mandar.

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – V.Exa. sabe que não ordeno, Deputado. V.Exa. é quem manda. Por gentileza.

DEPUTADO DR. MICHEL – Estou presente.

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – V.Exa. tem andado inclusive muito elegante, tem emagrecido está cada vez melhor. (Pausa.)

(Assume a Presidência o Deputado Dr. Michel.)

DEPUTADA CELINA LEÃO – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO DR. MICHEL) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADA CELINA LEÃO (PSD. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, solicito verificação de *quorum*. Não temos *quorum* para votar. Somos apenas 12.

PRESIDENTE (DEPUTADO DR. MICHEL) – O Presidente só foi ao mictório. Esta Presidência acata a solicitação de V.Exa.

O Sr. Secretário procederá à chamada nominal dos Deputados para verificação de *quorum*.

(Procede-se à verificação de *quorum*.)



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
21 03 2012	15h30min	19ª SESSÃO ORDINÁRIA	61

PRESIDENTE (DEPUTADO DR. MICHEL) – Estão presentes 14 Deputados. Temos 10 ausências, havendo, portanto, *quorum* regimental.

Item nº 17:

Apreciação do veto parcial ao Projeto de Lei nº 506, de 2011, do Poder Executivo, que “abre crédito suplementar à Lei Orçamentária Anual do Distrito Federal, no valor de R\$37.777.667,00 (trinta e sete milhões, setecentos e setenta e sete mil, seiscentos e sessenta e sete reais)”.

Solicito ao Deputado Joe Valle que faça a leitura do relatório sobre o veto parcial ao Projeto de Lei nº 336, de 2011. (*sic*)

DEPUTADO JOE VALLE (PSB. Para proceder à leitura do relatório.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, leitura do relatório do veto parcial oposto ao Projeto de Lei nº 336, de 2011.

Durante sua tramitação, o projeto recebeu diversas emendas Parlamentares. Após as modificações operadas pelas emendas, a redação final ficou na forma acostadas nas folhas 632/668.

Emitido ao chefe do Poder Executivo, ao projeto foi oposto veto parcial, com fundamento nas seguintes razões:

Art. 3º: a modificação da expressão “ações” pela expressão “programas” revela inviabilidade técnica e contrariedade ao interesse público do Distrito Federal.

Art. 4º, inciso II: A permissão de acesso por meio eletrônico sem estar o Poder Executivo dotado de tecnologia apta a tanto torná-lo-á vulnerável aos órgãos de controle. Por isso há contrariedade ao interesse público do Distrito Federal.

É o relatório.

(Assume a Presidência o Deputado Patrício.)

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – Antes de se colocar o relatório lido pelo Deputado Joe Valle em votação, quero só ler um ato para os Parlamentares.

(Documento a que se refere o Presidente.)



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
21 03 2012	15h30min	19ª SESSÃO ORDINÁRIA	62

Taquígrafa: Dilza
Revisora: Gabi
Quarto: 33
hora: 17:35

40.1



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

ATO DA MESA DIRETORA Nº 13, DE 2007

A MESA DIRETORA DA CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL, na competência que lhe confere o art. 39, § 1º, II, do Regimento Interno desta Casa, normatizando o recebimento de proposições,

RESOLVE:

Art. 1º O recebimento das proposições será feito exclusivamente na Assessoria de Plenário e Distribuição, durante todo o horário normal de expediente da Câmara Legislativa, por registro eletrônico e/ou manual, onde constará a data, o horário e a matrícula do servidor.

Parágrafo único. Excetuam-se do disposto no *caput* as emendas às proposições constantes de Ordem do Dia das Sessões, que terão tratamento na forma dos arts. 149 a 151 do Regimento Interno.

Art. 2º Com exceção das moções e indicações, as proposições protocoladas somente serão lidas após análise preliminar de admissão quanto aos requisitos de que trata o art. 132 do Regimento Interno desta Casa.

Art. 3º Cabe ao Presidente a análise preliminar das proposições, a ser realizada no prazo máximo de dois dias úteis.

§ 1º Constatada a inobservância dos requisitos de admissão, a Presidência devolverá a proposição ao Autor para que se utilize, caso queira, do previsto no art. 152, I, a, do Regimento Interno.

§ 2º A ausência de análise no prazo previsto neste artigo impõe a leitura da proposição, sem prejuízo da análise sobre o cumprimento das disposições regimentais.

Art. 4º Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário, em especial o Ato nº 11, da Mesa Diretora, de 6 de fevereiro de 2007.

Brasília, 7 de fevereiro de 2007.

Deputado ALÍRIO NETO

Presidente

Deputado PAULO TADEU

Vice-Presidente

Deputado AGUINALDO DE JESUS

Primeiro Secretário

Deputado BRUNELLI

Segundo Secretário

Deputado Dr. CHARLES

Terceiro Secretário



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
21 03 2012	15h30min	19ª SESSÃO ORDINÁRIA	63

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – Eu fiz a leitura apenas para expor aos Parlamentares o seguinte: há uma série de Parlamentares que estão apresentando os projetos aqui na Casa. O Regimento Interno é muito claro. O Parlamentar protocola o projeto e ele passa a tramitar. Outro Parlamentar apresenta outro projeto sobre o mesmo assunto. Então o projeto é lido aqui na Mesa e depois nós temos problemas. Aconteceu comigo e com o Deputado Rôney Nemer. Então, as proposições acabam entrando em choque. Para evitar esse tipo de problema, porque há vários Parlamentares reclamando sobre isso, vamos seguir esse Ato da Mesa que normatiza o assunto, de maneira que os projetos serão protocolados, mas somente lidos após 48h, que é o prazo para se observar se há duplicidade ou não da matéria.

Fizemos um levantamento de projetos de mais de um Parlamentar em que há duplicidade. Até terça-feira comunicaremos aos gabinetes, bem como, no mesmo dia, declararemos na sessão plenária a prejudicialidade dos respectivos projetos que foram protocolados posteriormente às outras demandas análogas, respeitando a antiguidade, o nosso Regimento Interno e a Lei Orgânica do Distrito Federal.

Com a palavra o Sr. Relator, Deputado Joe Valle.

DEPUTADO JOE VALLE (PSB. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, retificando, proferirei o relatório do veto parcial oposto ao Projeto de Lei nº 506, de 2011. É o seguinte o relatório:



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
21 03 2012	15h30min	19ª SESSÃO ORDINÁRIA	64



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO DEPUTADO CHICO LEITE – PT/DF

RELATÓRIO Nº , DE 2011

Da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA sobre o VETO PARCIAL oposto ao Projeto de Lei nº 506/11, que *abre crédito suplementar à Lei Orçamentária Anual do Distrito Federal, no valor de R\$ 100.000, 00 (cem mil reais).*

Relator: Deputado Chico Leite

Pela Mensagem nº 284/2011-GAG (fls. 521/526), o Chefe do Poder Executivo comunicou a esta Casa a oposição de **veto parcial** ao Projeto de Lei n.º 506, de 2011, de autoria do Poder Executivo, que abre crédito suplementar à Lei Orçamentária Anual do Distrito Federal, no valor de R\$ 100.000, 00 (cem mil reais).

Durante sua tramitação, o Projeto recebeu 184 emendas aditivas. Após as modificações, a redação final ficou na forma acostada às fls. 234/334.

Remetido ao Chefe do Poder Executivo, ao projeto foi oposto **veto parcial**, especificamente quanto ao conteúdo das emendas parlamentares de números 1, 7, 24, 29, 32, 35, 36, 52, 66, 67, 68, 92, 95, 113 e 174.

A emenda aditiva de Deputado nº 01, de autoria do Deputado Raad Massouh, que objetivava modificar a modalidade de aplicação constante na



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
21 03 2012	15h30min	19ª SESSÃO ORDINÁRIA	65

2

programação de despesa "Promoção do Turismo Rural no Distrito Federal", foi vetada por insuficiência de saldo no programa de trabalho indicado para cancelamento.

A emenda de Plenário nº 07, de autoria do Deputado Cláudio Abrantes, que tinha por objetivo remanejar recursos de diversos programas de trabalho constantes na UO 11108 para outros programas da Secretarias de Governo, de Cultura e de Obras, indicou, dentre os subtítulos para cancelamento, programas com insuficiência de saldo, razão pela qual foi vetada parcialmente no valor correspondente às dotações sem saldo suficiente.

A emenda aditiva nº 24, do Deputado Benedito Domingos, que tinha por finalidade suplementar o Programa de Trabalho "Apoio à Execução de Obras de Urbanização e Infraestrutura no Varjão", também indicou subtítulo para cancelamento com insuficiência de saldo, tendo sido, por esse motivo, vetado.

A emenda aditiva de parlamentar nº 29, da Deputada Luzia de Paula, que tinha o propósito de criar o programa de trabalho "Pavimentação asfáltica da via de acesso ao condomínio Mini Chácaras do Lago Sul, da QI 29, Altiplano Leste/Lago Sul – DF" no orçamento do DER/DF, apontou, dentre os subtítulos indicados como fonte de cancelamento, dois programas com saldo insuficiente, o que ocasionou seu veto pelo Chefe Poder Executivo.

Houve insuficiência de saldo em parte do cancelamento indicado pela emenda de parlamentar nº 32, da Deputada Luzia de Paula, que objetivava suplementação do programa de trabalho "Implantação e Manutenção do Programa Consultório de Rua no Distrito Federal", razão de seu veto parcial no valor correspondente ao saldo insuficiente.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
21 03 2012	15h30min	19ª SESSÃO ORDINÁRIA	66

3

Também foram vetadas por insuficiência de saldo no cancelamento apontado as emendas de parlamentar nº.s 35, 36, 66, 67 e 92, todas de autoria da Deputada Luzia de Paula, que tinham por finalidade criar, respectivamente, os Programas de Trabalho "Construção de Pistas de Skates em Diversos Locais do Distrito Federal", "Implantação de Parques em Diversas Áreas do Guará", "Construção da Cobertura de Quadra Poliesportiva do CEF 14 de Ceilândia", "Construção de Piso Adjacente à Quadra Poliesportiva do CEM 12 de Ceilândia" e "Apoio à Realização do 1º Circuito de Vaquejada JK".

Com relação ao veto à emenda nº 68, apresentada pela Deputada Luzia de Paula com o objetivo de suplementar o subtítulo "Realização de pequenas obras e serviços no CEF 24 de Ceilândia", a mensagem do Chefe do Poder Executivo deixou de apresentar os motivos que embasaram essa decisão.

A emenda parlamentar de nº 52, da Deputada Celina Leão, que visava remanejar recursos para o programa de trabalho "Promoção de Atividades Culturais", constante da UO Secretaria de Estado de Cultura, foi vetada em razão de insuficiência de saldo no Programa de Trabalho indicado para cancelamento.

Quanto à emenda aditiva de Deputado nº 95, de autoria do Deputado Joe Valle, que tinha o fito de criar o programa de Trabalho "Fomento à Pecuária e Floricultura, na empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Distrito Federal – EMATER/DF", foi utilizada natureza de despesa (449051) incompatível com a ação do tipo "atividade" segundo o Decreto nº 32.017/2010, motivo pelo qual restou vetada.

A emenda aditiva nº 113, do Deputado Israel Batista, cujo objetivo era criar o programa de trabalho "Apoio ao Projeto Overmeeting", apresentou inadequação da função (11 – trabalho) e da subfunção (334 – fomento ao trabalho) com o objeto do gasto, nos termos da Portaria MPOG n.º 42/99 e do Decreto n.º

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PL nº 506, 2011
Fls. nº 700 8



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
21 03 2012	15h30min	19ª SESSÃO ORDINÁRIA	67

4

32.017/10, já que o evento está relacionado à promoção do esporte (campeonato de skate) e da cultura (apresentação de bandas).

A emenda parlamentar nº 174, apresentada pelo Deputado Benício Tavares, com intuito de criar o subtítulo "Apoio à Realização do Show de Natal" na UO Secretaria de Estado de Turismo apresentou insuficiência de saldo em programas de trabalho indicados para cancelamento, razão de seu veto

Eis as informações que julgamos necessárias à deliberação desta Casa sobre o veto em causa.

Sala das Sessões, em

DEPUTADO

Presidente

DEPUTADO CHICO LEITE

Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PL nº 506 / 2011
Fls. nº 701 8



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
21 03 2012	15h30min	19ª SESSÃO ORDINÁRIA	68

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – Pergunto ao Líder do Governo, Deputado Wasny de Roure, se há acordo para votarmos em bloco os vetos parciais aos anexos 1º, 2º, 3º e 4º, referentes às Emendas nºs 1, 7, 24, 29, 32, 35, 36, 52, 66, 67, 68, 92, 95, 113 e 174 ao Projeto de Lei nº 506, de 2011.

Bem, como há acordo, então vamos à discussão.

Em discussão o relatório. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Passa-se à apreciação do veto.

O veto exige, para a sua rejeição, o voto contrário da maioria absoluta dos membros da Casa, em votação pelo processo nominal.

Os Deputados que votarem “sim” estarão aprovando o veto; os que votarem “não” estarão rejeitando-o.

Solicito ao Sr. Secretário Deputado Joe Valle que proceda à chamada nominal dos Deputados.

(Procede-se à votação nominal.)



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
21 03 2012	15h30min	19ª SESSÃO ORDINÁRIA	69



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

DATA 21/03/2012

ASSESSORIA DE PLENÁRIO E DISTRIBUIÇÃO

REGISTRO DE VOTAÇÃO NOMINAL DE VETO

☐ VETO TOTAL ☒ VETO(S) PARCIAL(S) A0(S): parte dos Artigos I, II, III e IV referentes às emendas n 1, 7, 24, 29, 32, 35, 36, 52, 66, 67, 68, 92, 95, 113, 134

☐ PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº(S)

☒ PROJETO DE LEI Nº(S) 506/11

Autor: Deputado(a):

☒ Executivo

Relator: Deputado(a): Joe Valle

P/S	NOME DO DEPUTADO(A)	PART	SIM	NÃO	ABST	AUS	OBST.*	DV
	AGACIEL MAIA	PTC	X					
	ARLETE SAMPAIO	PT	X					
	AYLTON GOMES	PR	-			X		
	BENEDITO DOMINGOS	PP	X					
	CELINA LEÃO	PSD	-				X	
	CHICO LEITE	PT	-			X		
	CHICO VIGILANTE	PT	X					
	CLÁUDIO ABRANTES	PPS	X					
	DOUTOR CHARLES	PTB	-			X		
	DR. MICHEL	PSL	X					
	ELIANA PEDROSA	PSD	-			X		
	EVANDRO GARLA	PRB	X					
	JOE VALLE	PSB	X					
	LILIANE RORIZ	PSD	-			X		
	LUZIA DE PAULA	PPS	X					
	OLAIR FRANCISCO	PTdoB	-			X		
	PAULO RORIZ	DEM	-			X		
	PROFESSOR ISRAEL BATISTA	PDT	X					
	ROBÉRIO NEGREIROS	PMDB	-			X		
	RÔNEY NEMER	PMDB	X					
	WASHINGTON MESQUITA	PSD	-			X		
	WASNY DE ROURE	PT	X					
	SIQUEIRA CAMPOS	PSC	X					
	PATRÍCIO	PT	X					
	TOTAL		14			09	01	

*(Art.109 parágrafo 8º do RI)

ASSP	SECRETÁRIO DEP. JOE VALLE	ASSP Nº 1 Fls. °
------	---------------------------	------------------

VOTOS "SIM"	14	VETO MANTIDO	X
VOTOS "NÃO"	-	VETO REJEITADO	
ABSTENÇÃO	-		
AUSÊNCIAS	09		
OBSTRUÇÃO	01		

CONSOLIDADO POR ASSINATURA	1382	ASSP/ Nº / FOLHA Nº
----------------------------	------	---------------------



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
21 03 2012	15h30min	19ª SESSÃO ORDINÁRIA	70

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – A Presidência vai anunciar o resultado da votação: 14 votos favoráveis, 9 ausências e 1 obstrução.

Total de votantes: 14.

Ficam mantidos os vetos.

A Presidência determinará as providências necessárias para comunicar o resultado ao Sr. Governador do Distrito Federal.

DEPUTADO WASNY DE ROURE – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO WASNY DE ROURE (PT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu quero manifestar a compreensão de muitos colegas, que aqui têm estado, mas alguns tiveram de se retirar por questões de consulta, ou, até mesmo, por problemas de saúde pessoal. Quero reconhecer aqui e agradecer o empenho dos colegas. Neste momento, creio que vamos ter dificuldade de *quorum*, mas eu não gostaria de deixar este momento passar sem registrar o meu reconhecimento da dedicação desses colegas nas votações do dia de hoje.

Muito obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – Obrigado, Deputado Wasny de Roure.

DEPUTADA ARLETE SAMPAIO – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADA ARLETE SAMPAIO (PT. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, somente para lembrar a todos os presentes que hoje é o Dia Internacional da Síndrome de Down. Houve uma grande e bela sessão no Senado Federal, em comemoração à data. Nós, também, pretendemos realizar aqui, nesta Câmara Legislativa, uma comemoração.

Eu também gostaria de lembrar que hoje é o Dia Internacional de Luta contra a Discriminação Racial. No Palácio do Buriti, houve a apresentação de um selo comemorativo desta data.

Convido todos os Parlamentares que quiserem para, amanhã, participarem da nossa comissão geral, na qual vamos debater Brasília como Patrimônio Cultural da Humanidade.

DEPUTADO PATRÍCIO – Obrigado, Deputada Arlete Sampaio.

DEPUTADO JOE VALLE – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO JOE VALLE (PSB. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, só reforçando o convite que o Deputado Rôney Nemer fez, amanhã nós teremos, no Parque, uma sessão solene, nesta Casa, em comemoração ao Dia Internacional da



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
21 03 2012	15h30min	19ª SESSÃO ORDINÁRIA	71

Água. Então, eu queria convidar todos os Parlamentares para que compareçam amanhã. Inclusive, o Governador deverá assinar o decreto, aumentando, a pedido de toda a comunidade, o Parque Olhos d'Água em 7 hectares.

O local será no Parque Olhos d'Água, a partir das 9h da manhã. A presença do Governador está confirmada para as 10h30min.

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – O Deputado Washington Mesquita me pediu para convidar todos os Parlamentares para participarem da sessão solene em comemoração à Campanha da Fraternidade, a se realizar neste plenário, na próxima sexta-feira, às 10h, com a presença do Arcebispo de Brasília, do Secretário de Saúde e de outras autoridades.

A Deputada Arlete Sampaio, anteriormente, também nos pediu que lembrássemos e convidássemos todos os Parlamentares para participarem dessa sessão solene.

Em razão da aprovação do Requerimento nº 1.237, de 2012, de autoria da Deputada Arlete Sampaio, do Deputado Cláudio Abrantes e do Deputado Wasny de Roure, a sessão ordinária de amanhã, dia 22 de março de 2012, quinta-feira, será transformada em comissão geral para debate sobre ações, significados e desafios da preservação de Brasília como patrimônio brasileiro e mundial, à luz da legislação federal, das recomendações das Organizações das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura – UNESCO –, das leis e planos locais e do Decreto nº 33.506, de 2012, que “institui o Ano de Valorização de Brasília como Patrimônio Cultural da Humanidade”. Em virtude de sua aprovação, não será distribuída a ordem do dia, que será disponibilizada no portal desta Casa e na intranet.

Agradeço a participação de todos os Parlamentares nesta sessão, em que fizemos as votações.

Em virtude de já não haver *quorum* para a deliberação, declaro encerrada a presente sessão ordinária.

(Levanta-se a sessão às 17h52min.)